



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



Campus Curitiba

DOMINIQUE CORRÊA MICHELIN

GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE ITAÍ (SP)

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA (PR)

2012

DOMINIQUE CORRÊA MICHELIN



UTFPR

GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE ITAÍ (SP)

E

a

D

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino à Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus* Curitiba.

Orientador (a): Prof. Msc. Jorge Carlos C. Guerra.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

CURITIBA (PR)

2012



TERMO DE APROVAÇÃO

GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE ITAÍ (SP)

Por

DOMINIQUE CORRÊA MICHELIN

Esta monografia foi apresentada às 10:00 horas, do dia 01 de Dezembro de 2012 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino à Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Profª MSc Ana Cristina M. Magalhães
(UTFPR)

Profª Drª Isaura Alberton de Lima
(UTFPR)

Prof. Jorge C. C. Guerra, LD – Orientador
(UTFPR)

Visto da Coordenação:

Profª Drª Hilda Alberton de Carvalho
Coordenador do Curso de Especialização
em Gestão Pública Municipal

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, por me proporcionar todos esses anos de existência, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

À minha querida e amada companheira Flora pelo apoio e incentivo nesta fase de estudos e em todos os outros momentos da vida. Também aos meus pais e irmãos pela orientação, dedicação e cuidados durante todo esse tempo.

Ao meu orientador professor Jorge Carlos Corrêa Guerra pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Agradeço aos professores, tutores e aos companheiros do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal que me auxiliaram no decorrer do curso.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

"Se você quiser fazer coisas grandes, comece sempre com as pequeninhas. Depois, parta para um pouquinho maior. Depois, um pouco maior. Nunca comece com as grandes".

(SHIING-SHEN CHERN)

RESUMO

MICHELIN, Dominique Corrêa. **Gestão pública do turismo no município de Itaí (SP)**. 2012. 87 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Educação à distância - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

Este trabalho analisa a Gestão Pública do Turismo no município de Itaí (SP). Os efeitos da atividade turística são sentidos, de fato, em nível municipal. A importância de conhecer e entender como está o desenvolvimento do Turismo na localidade de Itaí (SP) motivou a realização do presente trabalho. O município é detentor de uma grande potencialidade de recursos naturais que são atrativos ao turismo, sendo necessário um estudo que contribua para a melhoria e desenvolvimento da atividade. O Turismo é um importante fenômeno que traz inúmeros benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais. É uma atividade em constante expansão no mundo todo, geradora de riqueza e distribuição de renda. Na primeira parte do trabalho é feita uma revisão de conceitos sobre as políticas públicas de Turismo no Brasil, sobre o seu papel para o desenvolvimento local, demonstrando casos de sucesso na implementação de políticas públicas para o setor, bem como fracassos na implantação e gestão da atividade. Segue-se tipificando o município, suas características geográficas, econômicas e culturais. Relata-se como está a estrutura administrativa do órgão gestor oficial do Turismo no município, quais as diretrizes, políticas públicas e instrumentos criados para sua implementação, desenvolvimento e gestão. Por fim, propõem-se melhorias e adequações da gestão do Turismo no município de Itaí – SP.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Turismo, Plano Turístico, Itaí.

ABSTRACT

MICHELIN, Dominique Corrêa. **Public management of tourism in the municipality of Itaí (SP)**. 2012. 87 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Educação à distância - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

This work analyzes the Public Management of Tourism in the municipality of Itaí (SP). The effects of tourism are felt, actually, at the municipal level. The importance of knowing and understanding how is the development of tourism in the town of Itaí (SP) motivated the present work. The city holds a great potential of natural resources that are attractive to tourism, necessitating a study that contributes to the improvement and development of the activity. Tourism is an important phenomenon, which brings numerous economic, social, cultural and environmental. It is an activity in constant expansion worldwide, generating wealth and income distribution. In the first part of the work, is a revision of public policy concepts of tourism in Brazil, about his role for local development, demonstrating successes in the implementation of public policies for the sector, as well as failures in the deployment and management activity. It follows typifying the municipality, its geographical, economic and cultural. It is reported as is the administrative structure of the managing agency's official tourism in the municipality, which the guidelines, policies and instruments created for their implementation, development and management. Finally, it is proposed improvements and adaptations of the management of tourism in the municipality of Itaí (SP).

Keywords: Public Policy, Tourism, Tourist Plan, Itaí.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Organograma Administrativo do Ministério do Turismo..... | 24 |
| Figura 2 - Localização geográfica do município de Triunfo (PE)..... | 38 |
| Figura 3 - Estrutura Organizacional da Secretaria de Turismo, Cultura e Desporto de Triunfo (PE)..... | 39 |
| Figura 4 - Localização geográfica do município de Brotas (SP)..... | 42 |
| Figura 5 - Mapa dos municípios limítrofes de Itai (SP)..... | 49 |
| Figura 6 - Toda a extensão da Represa de Jurumirim..... | 51 |
| Figura 7 - Imagem de satélite do Núcleo Prainha, Itai (SP)..... | 51 |
| Figura 8 - Foto aérea de parte da Prainha de Itai (SP)..... | 52 |
| Figura 9 - Foto da Prainha no município de Itai (SP)..... | 52 |
| Figura 10 - Foto da Prainha com banhistas..... | 53 |
| Figura 11 - Imagem de Satélite do Núcleo da Praia das Vacas, Itai (SP)..... | 53 |
| Figura 12 - Foto da Praia das Vacas, Itai (SP)..... | 54 |
| Figura 13 - Imagem de satélite da Praia do Bartela, Itai (SP)..... | 54 |
| Figura 14 - Foto aérea dos condomínios e de parte da Praia do Barleta..... | 55 |
| Figura 15 - Imagem satélite da localização do Parque Ecológico Municipal de Itai (SP)..... | 55 |
| Figura 16 - Organograma Administrativo da Coordenadoria de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo..... | 60 |
| Figura 17 - Mapa das Macrozonas definidas pelo Plano Diretor de Itai (SP)..... | 67 |
| Figura 18 - Marca Turística do município de Itai – SP..... | 69 |
| Figura 19 - Placa de divulgação da Marca Turística do município de Itai (SP)..... | 69 |
| Figura 20 - Municípios Consorciados na AMVAPA..... | 70 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Empregos Formais por Setor e Renda Média em Itai (SP) no ano de 2010. | 56 |
| Tabela 2 - Produção Agrícola em Itai (SP) no ano de 2011 em quantidade produzida e área plantada | 57 |
| Tabela 3 - Produção Pecuária em Itai (SP) no ano de 2011 em espécies de animais e quantidade. | 57 |
| Tabela 4 - Receitas e despesas da Administração Pública de Itai (SP) nos anos de 2009, 2010 e 2011. | 57 |
| Tabela 5 - Gastos com a pasta de turismo e áreas relacionadas nos anos de 2009, 2010 e 2011 em Itai (SP)..... | 63 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ACT | Atividades Características do Turismo |
| AMVAPA | Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema |
| APA | Áreas de Proteção Ambiental |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| CNT | Conselho Nacional de Turismo |
| COMTUR | Conselho Municipal de Turismo |
| CONDEMA | Conselho de Defesa do Meio Ambiente |
| EMBRATUR | Instituto Brasileiro de Turismo |
| FORNATUR | Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| FUNTUR | Fundo de Cooperação do Turismo |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IPEA | Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas |
| OMT | Organização Mundial do Turismo |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PRODETUR | Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo |
| RAIS | Relação Anual de Informações Sociais |
| SEADE | Sistema Estadual de Análise de Dados |
| SETUR | Secretaria de Turismo |
| SPTuris | São Paulo Turismo S/A |
| TCE | Tribunal de Contas do Estado |
| WTTC | World Travel & Tourism Council |
| WWF | World Wide Fund for Nature |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1.1 Justificativa | 12 |
| 1.2 Objetivos..... | 13 |
| 1.2.1 Objetivo Geral..... | 13 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos..... | 13 |
| 1.3 Metodologia | 13 |
| 1.4 Desenvolvimento | 14 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 15 |
| 2.1 Políticas Públicas de Turismo no Brasil..... | 15 |
| 2.1.1 O Ministério do Turismo e as atuais diretrizes políticas para o setor | 23 |
| 2.1.1.1 Plano Nacional do Turismo | 25 |
| 2.1.1.2 Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil..... | 28 |
| 2.2 Turismo e desenvolvimento local..... | 31 |
| 2.3 Casos de sucesso de implementação de Políticas Públicas do Turismo..... | 37 |
| 2.3.1 Triunfo (PE)..... | 37 |
| 2.3.2 Brotas (SP)..... | 41 |
| 2.4 Fatores de fracasso na implantação e gestão..... | 45 |
| 3. METODOLOGIA | 48 |
| 4. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS..... | 49 |
| 4.1 Itaí - Tipificação..... | 49 |
| 4.1.1 Aspectos Geográficos e Ambientais | 49 |
| 4.1.2 Aspectos Econômicos..... | 56 |
| 4.1.3 Aspectos Culturais | 59 |
| 4.1.4 Aspectos Administrativos..... | 60 |
| 4.1.4.1 Órgão Oficial de Turismo | 60 |
| 4.1.4.2 Conselho Municipal de Turismo..... | 62 |
| 4.1.4.3 Gastos com o Turismo e Áreas Relacionadas..... | 63 |
| 4.2 Ações de implementação de políticas públicas de Turismo em Itaí (SP)..... | 64 |
| 4.2.1 Ações de Planejamento..... | 65 |
| 4.2.2 Ações de Legislações e Regulamentações..... | 67 |
| 4.2.3 Ações de Promoção Turística | 69 |
| 4.2.4 Ações de Cooperação em Redes Públicas de Governança..... | 70 |
| 4.3 Análise e sugestões | 72 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 78 |
| REFERÊNCIAS..... | 80 |
| APÊNDICE (S) | 86 |

1 INTRODUÇÃO.

O Turismo é um setor econômico dinâmico, multisetorial e complexo, pois é composto por uma grande quantidade de elementos (hotelaria, transportes, agenciamento, alimentação, entretenimento, etc.) e diferentes setores econômicos (construção civil, comunicações, indústria automobilística, mobiliário, indústria aeronáutica, construção naval, cartões de crédito, financeiras, entre outras).

É um importante setor que contribui para o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental de uma localidade onde haja algum recurso paisagístico, históricos/cultural, ambiental, de negócios, esportivo, etc., que possa ser transformado em produto turístico e comercializado.

Esse desenvolvimento converte-se em inúmeros efeitos positivos, tais como: geração de empregos, distribuição e aumento no ingresso de renda, aumento da arrecadação de impostos e taxas, diversificação da economia local, valorização cultural, criação de uma imagem favorável do lugar de destino, proporciona instalações turísticas e recreativas que a população local pode utilizar, contribui para a preservação ambiental e a sustentabilidade, melhora a infraestrutura básica do local.

Porém, como em qualquer outra atividade, gera também efeitos negativos, como exemplo: cria excesso de demanda que pode prejudicar a área onde está inserida a atividade, desvia fundos de projetos mais necessários ao desenvolvimento econômico, gera problemas sociais por diferenças econômicas, sociais, introdução da prostituição, jogos de azar, delinquência, etc., degrada o ambiente físico natural e cultural, gera especulação imobiliária inflacionando terrenos, imóveis e os preços de bens e serviços locais. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009, p. 52).

Para minimizar os efeitos negativos e maximizar os positivos entra em cena a atuação do poder público no planejamento e gestão de políticas públicas de turismo, para intervir nessa economia, objetivando o desenvolvimento ordenado, justo e benéfico.

O Turismo e o município estão intimamente interligados. É nele onde ocorrem as interações entre os consumidores e a infraestrutura turística, ou seja, é onde o turismo acontece. Também, é o local onde se refletem os impactos positivos e negativos da atividade. É no município onde devem ser elaborados os planejamentos visando o melhor aproveitamento dos benefícios que o turismo proporciona à localidade.

Cabe à esfera pública municipal planejar as políticas públicas de turismo e “definir diretrizes que promovam o desenvolvimento da atividade de modo a gerar mais benefícios

para as populações locais e minimizar os impactos negativos”. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009, p. 53).

O Município é o principal protagonista na organização e ordenamento da atividade turística, pois é quem assume a liderança de organizador da atividade e indutor do tipo de turismo que pretende para seu território, explicitando seus objetivos para a comunidade e negociando sua implementação com base nas diretrizes norteadoras do Plano Nacional de Turismo e do Programa de Regionalização. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009, p. 126).

Nesse contexto, visando contribuir com um estudo sobre a Gestão Pública do Turismo no município de Itai (SP), pensando em conhecer e analisar como anda o desenvolvimento dessa atividade, como está organizado a administração pública para essa gestão, quais ações foram e são realizadas para fomentar, ordenar, fiscalizar, ou seja, intervir na implementação do turismo e nos rumos a serem seguidos.

O município de Itai conta com um enorme potencial turístico diversificado. Quase metade do seu território é margeada pelo represamento do rio Paranapanema o que proporciona inúmeras praias e pontos de entretenimento e lazer. Existem diversos sítios arqueológicos inexplorados e grandes espaços de área verde. Uma variedade de festas populares e eventos. A agricultura é também um ponto forte da localidade e traz um potencial a ser explorado pelo turismo de negócios. Faz vizinhança com três municípios detentores do título de Estância Turística. Tudo isso revela a potencialidade que o município tem para desenvolver a atividade turística e gerar os seus benefícios para a comunidade local.

1.1 Justificativa.

Este estudo visa contribuir para o entendimento da importância que a gestão pública tem no planejamento da atividade turística no município de Itai (SP). Também para conhecer como está sendo realizada a gestão na localidade, quais iniciativas foram e estão sendo tomadas e como está organizada a estrutura administrativa do órgão gestor.

Como essa análise, será possível compreender quais os problemas e as oportunidades que possam existir na gestão pública do turismo e posteriormente, propor adequações e processos de melhoria que por ventura forem identificados e necessários para o aperfeiçoamento da gestão pública local.

Este trabalho contribuirá com um documento referencial para os gestores de turismo, objetivando contribuir para a melhoria da gestão pública do turismo no município de Itai (SP).

O autor desta pesquisa é graduado em Turismo e atualmente trabalha na Prefeitura Municipal de Itai (SP), junto a Coordenadoria de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo. Tem

interesse em contribuir para o melhoramento da atuação do órgão em relação ao desenvolvimento do Turismo local, sendo este o motivo principal para a abordagem do tema.

1.2 Objetivos.

1.2.1 Objetivo Geral.

Descrever a Gestão Pública do Turismo no município de Itai (SP) e propor melhorias.

1.2.2 Objetivos Específicos.

- Compreender o cenário atual da gestão pública do turismo no município;
- Conhecer o que foi e o que está sendo realizado pela administração pública para a gestão do turismo;
- Identificar os problemas e oportunidades na gestão municipal;
- Propor adequações e processos de melhoria da gestão pública do turismo municipal.

1.3 Metodologia.

Este estudo abordará uma pesquisa descritiva, realizando um estudo de caso sobre o município de Itai (SP). Para a coleta de dados, serão consultados documentos, bibliografias, observações e aplicação de uma entrevista. O método de abordar o problema será o da pesquisa qualitativa.

A pesquisa bibliográfica servirá para trazer conteúdo ao embasamento teórico deste trabalho, consultando autores e instituições que tratam da temática turismo e gestão pública. Também para consultar referências de exemplos de sucessos e fracassos na gestão pública municipal do Turismo no Brasil.

A pesquisa documental ajudará na coleta dados para conhecer o atual cenário da gestão do turismo do município, por meio de levantamento bibliográfico da história e geografia local, decretos e leis, documentos internos do órgão de turismo, periódicos jornalísticos, consultas com representantes do órgão público oficial, entre outros.

A pesquisa por observações ajudará no levantamento da infraestrutura turística dos principais pontos de interesse turísticos existentes no município, além da própria estrutura da

cidade, como vias, iluminação, sinalização, limpeza, etc., classificando e caracterizando-os para descrever o estado atual. Utilizará de observações assistemáticas ou sistemáticas, conforme o objeto em análise.

1.4 Desenvolvimento.

A primeira etapa (Capítulo 1) faz a introdução ao conteúdo a ser abordado, explica os objetivos propostos, a justificativa e a metodologia utilizada para a realização do estudo.

O Capítulo 2 segue com a fundamentação teórica sobre temas que irão aprimorar o entendimento sobre a Gestão Pública do Turismo, que são: Políticas Públicas de Turismo no Brasil; O Ministério do Turismo e a atual diretriz política para o setor; Turismo e desenvolvimento local; Casos de sucesso de implementação de Políticas Públicas em municípios brasileiros; Fatores de fracasso na implantação e gestão.

O Capítulo 3 descreve a Metodologia utilizada para a realização do estudo de caso sobre a Gestão Pública do Turismo no município de Itaí (SP), as formas de coleta e análise dos dados.

No Capítulo 4 entra a etapa onde serão realizados os procedimentos metodológicos da pesquisa, com um estudo de caso sobre o município de Itaí. Faz um diagnóstico de como está à gestão pública do Turismo no município. Conhece o que foi e é feito para o desenvolvimento do turismo pela Administração Pública e como está estrutura organizacional do órgão oficial do setor. Quais ações e investimentos realizados. Identifica os problemas e oportunidades na gestão do turismo municipal. Propõe sugestões.

Por fim, no Capítulo 5, é apresentada uma discussão sobre os resultados obtidos desse estudo e a conclusão sobre a Gestão Pública do Turismo no município de Itaí.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

2.1 Políticas Públicas de Turismo no Brasil.

No estudo sobre Políticas Públicas de Turismo inicialmente, é importante conhecer alguns conceitos básicos para entender o que são políticas públicas e a ligação que essa tem com o Turismo e de que forma é feita sua gestão.

As políticas públicas (*policy*) caracterizam a relação do Estado (esfera federal, estadual e municipal) com a sociedade no que se refere à distribuição de bens e serviços públicos, no ordenamento, fomento e fiscalização de atividades que requeiram intervenção para manter-se o interesse público e o bem comum.

É um conjunto de ações que o Estado executa para atender as demandas da sociedade, para atenuar e dar respostas aos conflitos de interesse gerados das atividades políticas (*politics*).

São através das demandas da sociedade que surgem à cooperação, competição ou conflitos dos mais variados atores sociais. Para administrar essa interação, procurando chegar a um consenso entre eles, visando à obtenção dos melhores resultados possíveis para cada um, entra a importância da política (*politics*) para mediar essas demandas e encontrar soluções, principalmente no que tange a resolução dos conflitos. Como ressalta Rua (2009, p. 16) “a resolução do conflito, por sua vez, pode ser obtida por dois meios: a coerção e a política”.

O uso da coerção não contribui em nada para o bem-estar social e a resolução do conflito, pelo contrário, podendo-o aumentar ainda mais. Já a política é o meio mais fácil de construir consenso e controlar o conflito.

Novamente recorrendo a Rua (2009, p. 17) “política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”.

Complementando ainda mais entendimento sobre a política, Matias-Pereira (2008) tece as seguintes considerações.

Política é a atividade mediante a qual se conciliam interesses divergentes dentro de uma determinada unidade de governo, outorgando-lhe uma parcela de poder proporcional à sua importância para o bem-estar e a sobrevivência do conjunto da comunidade. A política é uma maneira de governar sociedades plurais sem violência desnecessária. (MATIAS-PEREIRA, 2008, p.6).

As políticas públicas são elaboradas para o interesse público. Cabe então, identificar o que vem a ser o público.

Público refere-se ao povo ou Estado. Integra a esfera pública tudo aquilo que a coletividade e não uma parte dela compactuar ser de interesse público.

Conforme esclarece Coelho (2009, p. 15) “tudo o que a coletividade chamada povo convencionar, em um determinado momento de sua história, ser de interesse ou de propriedade comum, integrará a esfera pública, ficando todo o restante restrito à esfera privada”.

Logo, a “política pública é um conceito de economia e da política que designa um tipo de orientação para a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos”. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009, p. 47).

Com os resultados gerados pelas mediações políticas das demandas da sociedade, a resposta a ser dada é a formulação de políticas públicas (*policys*).

Rua (2009) esclarece que:

O termo *policy* é utilizado para referir-se à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. Em outras palavras, *policy* significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política. (RUA, 2009, p. 19).

Políticas públicas são as estratégias e ações a serem dadas as demandas de interesse que os atores sociais emitem através da política. De acordo com Rua (1998, p. 8) “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores [...] [tendo como] uma de suas características principais o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público”. São “ações governamentais, que têm institucionalidade, ou seja, amparadas legalmente por programas, projetos, planos, metas e orçamento”.

O Estado através de suas agências é quem promove as políticas públicas. Para Ferraz (1992, p. 13) a intervenção estatal se dá sob modalidades de participação, indução e controle.

A implementação e gestão das políticas públicas é responsabilidade de atores políticos, eleitos ou de carreira pública, e servidores públicos especializados nos mais diversos campos da administração pública (finanças, controle, planejamento tático e estratégico, legislação, governabilidade e governança), nos diversos setores (transporte, saúde, educação, segurança, turismo, habitação, etc.). (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009, p.47).

É nessas atribuições do Estado que entram em destaque as políticas públicas específicas para o setor turístico. Para Cruz (1999) uma política pública de turismo pode ser entendida como um “conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território”.

No caso do turismo, as políticas devem ser orientações específicas para a gestão diária do turismo, abrangendo os muitos aspectos dessa atividade. Numa visão bem simplista, elas procuram maximizar os benefícios e minimizar possíveis efeitos adversos e, como tal, fazem parte do desenvolvimento planejado de uma região ou país, em que é necessário criar, desenvolver, conservar e proteger recursos turísticos. (BENI, 2006, p. 109).

Antes de prosseguir no entendimento sobre as políticas públicas de turismo, é aconselhável conceituar o que é o Turismo e suas especificidades, ainda que brevemente, para ter uma noção da interação que essa atividade exerce em determinado território.

Existem inúmeras definições de diferentes autores sobre os mais variados focos de estudo na definição do turismo. Foram escolhidas apenas algumas definições consideradas ideais para o entendimento e que se relaciona ao objetivo deste trabalho.

A definição dada pela Organização Mundial do Turismo - OMT (1994) apud IGNARRA (2003, p. 11) é a de que, “o turismo engloba as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por prazer, negócios ou outro fim”.

O “uso do termo ambiente usual tem por finalidade excluir as viagens da área habitual de residência e as viagens frequentes ou regulares entre o domicílio e o lugar de trabalho e outras viagens dentro da comunidade com caráter de hábito”. (IGNARRA, 2003, p. 11).

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem atividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (LA TORRE apud IGNARRA, 2003, p. 13).

O Turismo é um setor econômico dinâmico, multisetorial e complexo, pois é composto por uma grande quantidade de elementos (hotelaria, transportes, agenciamento, alimentação, entretenimento etc.) e diferentes setores econômicos (construção civil, comunicações, indústria automobilística, mobiliário, indústria aeronáutica, construção naval, cartões de crédito, financeiras, entre outras).

Para Ignarra (2003, p 23) o Turismo é composto por quatro sujeitos com perspectivas distintas, o turista, os prestadores de serviços, o governo e a comunidade do destino turístico. A comunidade do destino enxerga no turismo um fator gerador de empregos e de intercâmbio cultural. O turista segundo o autor, visa encontrar experiências e satisfações pessoais com a viagem. Os prestadores de serviços visam à obtenção de lucros financeiros com a atividade. O governo vê o turismo como uma oportunidade de desenvolvimento de sua região e um fator de geração de riqueza local.

Um importante setor que contribui para o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental de uma localidade onde haja algum recurso paisagístico, históricos/cultural, ambiental, de negócios, esportivo, etc., que possa ser transformado em produto turístico e comercializado.

Esse desenvolvimento converte-se em inúmeros efeitos positivos, tais como: geração de empregos, distribuição e aumento no ingresso de renda, aumento da arrecadação de impostos e taxas, diversificação da economia local, valorização cultural, criação de uma imagem favorável do lugar de destino, proporciona instalações turísticas e recreativas que a população local pode utilizar, contribui para a preservação ambiental e a sustentabilidade, melhora a infraestrutura básica do local.

Porém, como em qualquer outra atividade, também há efeitos negativos, como exemplo: cria excesso de demanda que pode prejudicar a área onde está inserida a atividade, desvia fundos de projetos mais necessários ao desenvolvimento econômico, gera problemas sociais por diferenças econômicas, sociais, introdução da prostituição, jogos de azar, delinquência, etc., degrada o ambiente físico natural e cultural, gera especulação imobiliária, inflacionando terrenos, imóveis e os preços de bens e serviços locais. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009, p. 152-155).

O Turismo é composto por diferentes atividades econômicas para a sua existência. É “uma combinação de atividades, serviços e indústrias que se relacionam com a realização de uma viagem: transporte, alojamento, serviços de alimentação, lojas, espetáculos, instalações para atividades diversas e outros serviços receptivos disponíveis”. (IGNARRA, 2003, p. 14).

Chamada de infraestrutura turística, a junção dos elementos descritos, ou seja, os equipamentos turísticos, mais a infraestrutura básica (energia elétrica, abastecimentos de água e saneamento, vias, sinalização, etc.), mais serviços urbanos de apoio ao turismo (saúde, bancário, comunicação, segurança, apoio a automobilistas, etc.), e os recursos turísticos (atrativos), fazem gerar o que é conhecido como produto turístico ou oferta turística de um destino.

Os recursos turísticos constituem-se na matéria-prima que formam o produto turístico. É composto pelos atrativos e são eles que geram a motivação nas pessoas para realizar a viagem.

Para Rabahy (2003, p. 84) podem-se distinguir três tipos atrativos: naturais, culturais e os de entretenimento e recreação. Segundo o autor, o primeiro tipo são as atrações propiciadas pelas condições ecológicas da região, tais como, praias, cachoeiras, reservas ecológicas, etc., e permitem desfrutar de infraestrutura turística como parques, aquários, zoológicos, etc.

Entre as atrações culturais, há uma extensa variedade. As manifestações populares como danças típicas, alimentação regional, museus, cinemas, exposições de arte, arquitetura, etc.

No que se refere ao entretenimento e recreação, alguns deles disponibilizados pelos avanços tecnológicos, a relação é inesgotável e sempre surgem novas opções. Os equipamentos desse tipo são os cassinos, os parques temáticos, casas de show, centros de convenções, centros de práticas de diversas modalidades esportivas, etc.

Partindo dessas conceituações, é possível, então, interligar a atividade turística com o papel das políticas públicas para o setor.

O Turismo constitui-se de diversos equipamentos e recursos para sua existência. Para haver um equilíbrio e ordenamento no desenvolvimento e manutenção da atividade, para a preservação da economia local e dos atrativos, para a obtenção dos pontos favoráveis anteriormente descritos, que o turismo pode trazer a comunidade e evitar os eventuais males, é necessário que haja um planejamento e gestão de políticas públicas de turismo.

Para compreender melhor qual o papel que o Estado desempenha para o desenvolvimento do turismo, cita-se o que diz o Ministério do Turismo (2009).

[...] é inegável que o papel do Estado Nacional é fundamental para o desenvolvimento do turismo, visto que para essa atividade acontecer são necessárias infraestrutura básica (esgoto, rede de comunicações, água e estradas) e uma superestrutura organizada com legislação, normas, regulamentos relativos ao turismo, etc. Cabe ao Estado oferecer essas condições básicas para que o turismo e as demais atividades sociais e econômicas se desenvolvam. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009, p. 108).

Cabe destacar quais as principais atribuições que o Estado desenvolve para a intervenção no Turismo, através da elaboração, implementação e gestão de políticas públicas.

Deve realizar ações efetivas de promoção e incentivo ao desenvolvimento do Turismo. Procurar o ordenamento e fiscalização mediante o controle e regulação através das legislações e normas. Direcionar qual o segmento de turismo e de que forma pretende implementá-lo em determinado território, levando em consideração as características de cada local. Criar condições de acessibilidade, segurança, informações, ou seja, toda a infraestrutura básica no destino. Elaborar o planejamento turístico e incentivar a participação popular no desenvolvimento do planejamento.

Evitar distorções nos investimentos e formação de cartéis. Promover o uso consciente dos recursos naturais e culturais, visando à preservação e sustentabilidade. Auxiliar na pesquisa, organização e interpretação de dados turísticos. Incentivar a formação de gestores e

profissionais de turismo. Gerir de forma transparente o turismo, entre outras. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009, p. 51-54).

Para a efetiva implementação dessas ações, o Estado requer de uma gestão pública eficiente, comprometida e capaz de lidar com as atribuições a ela conferidas.

As agências governamentais específicas para a gestão do turismo variam de acordo com a esfera governamental (união, estados e municípios).

Na União este órgão é o Ministério do Turismo com assessoria do Conselho Nacional de Turismo. Os Estados contam com suas Secretarias de Turismo e seus próprios conselhos estaduais. Já os municípios, há uma variedade de órgãos oficiais destinados ao Turismo. Dependendo do tamanho do município, das verbas destinadas para desenvolver seus trabalhos, da importância e do nível de desenvolvimento do turismo tem no local, ou da organização político/administrativa criada em cada localidade.

Existem municípios que contam com uma secretária específica só para o Turismo, ou uma junção com várias áreas, como uma Secretaria de Turismo e Cultura. Muitas vezes, há somente uma coordenadoria ou diretoria subordinada a outra secretaria. Outros municípios não possuem nenhum desses órgãos, mas contam, neste caso, com empresas mistas, autarquias, fundações, ou departamentos que buscam cumprir a função da secretaria, a exemplo o município de São Paulo, que tem uma empresa mista a São Paulo Turismo S/A - SPTuris como responsável pela gestão do turismo municipal.

Como o objetivo desse estudo é analisar a gestão pública do turismo de um determinado município, é importante então, entender como funciona a gestão neste ente federativo.

O Turismo e o município estão intimamente interligados. É nele onde ocorrem as interações entre os consumidores e a infraestrutura turística, ou seja, é onde o Turismo acontece. Também, é o local onde se refletem os impactos positivos e negativos da atividade. É no município onde devem ser elaborados os planejamentos visando o melhor aproveitamento dos benefícios que o turismo proporciona à localidade.

Cabe à esfera pública municipal planejar as políticas públicas de turismo e “definir diretrizes que promovam o desenvolvimento da atividade de modo a gerar mais benefícios para as populações locais e minimizar os impactos negativos”. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009, p. 126).

O Município é o principal protagonista na organização e ordenamento da atividade turística, pois é quem assume a liderança de organizador da atividade e indutor do tipo de turismo que pretende para seu território, explicitando seus objetivos para a comunidade e negociando sua implementação com base nas diretrizes norteadoras do

Plano Nacional de Turismo e do Programa de Regionalização. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009, p. 126).

Castelli (1996) apud WWF Brasil (2004, p. 30) consideram que os organismos municipais de turismo são as bases do processo de desenvolvimento turístico, porém, não é o único responsável desse desenvolvimento. É no município onde o turista entra em contato e consome o produto turístico. Para tirar os proveitos da atividade é preciso que a comunidade do local do destino esteja preparada e conscientizada para o turismo. Com isso, não dependerá exclusivamente do Estado achando que é só dele o dever e a responsabilidade do progresso do turismo.

Um município que tenha potencial para o Turismo, mas ainda não exista essa atividade efetivamente implementada, tem na administração pública a importante missão de preparar o local para essa nova atividade, mediante utilização de inúmeros instrumentos de apoio ao planejamento e gestão do Turismo, tais como, a elaboração de um plano municipal de desenvolvimento sustentável do turismo ou um plano diretor de turismo, com vista a reunir diretrizes, estratégias e ações para que o município desenvolva o turismo de maneira organizada e planejada.

Para alcançar esse objetivo, é imprescindível criar e fortalecer uma estrutura de gestão no âmbito da administração municipal. Essa estrutura deve se constituir pelo Órgão Oficial de Turismo, o Conselho Municipal de Turismo e um Fundo Municipal de Turismo.

O Ministério do Turismo (2009) faz algumas recomendações quanto ao órgão oficial de turismo e diz que, “o município que pretende ser turístico deve possuir uma Secretaria de Turismo, visto o maior poder de decisões e agilidade que isso traz e o grande volume de trabalho que uma decisão de receber turistas acarreta para os elaboradores da proposta”. Enfatiza ainda que, “devem definir essa atividade como prioritária e dotar o órgão público responsável pelo turismo de orçamento próprio, que permita planejar e executar as ações necessárias”. E, ainda destaca, que “o órgão público responsável pelo turismo não deve estabelecer atividades que não estejam em sintonia com outros órgãos públicos do município” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009, p. 127).

Essa sintonia é indicada pelo fato de o Turismo produzir um efeito multiplicador na economia local, de forma a envolver vários outros setores, que necessitam de uma gestão baseado na cooperação intersetorial e interinstitucional.

As ações que devem ser desenvolvidas pela gestão pública municipal vão do estímulo ao funcionamento de um colegiado local (fóruns, conselho, comitê etc.) para acompanhar, de perto, as discussões e as propostas das políticas públicas locais. A elaboração de um Plano de

Desenvolvimento do Turismo, utilizando de instrumentos como o inventário da oferta turística, que registra os atrativos, produtos, equipamentos e serviços turísticos e toda a infraestrutura de apoio ao turismo existente no município de modo ordenado.

Realizar a segmentação turística do local, de acordo com o potencial disponível, visto que este é um fator fundamental para elaborar as políticas públicas para o setor. Envolver a sociedade local na discussão do planejamento. Reunir e sistematizar um conjunto de informações referentes ao local por meio de um sistema de dados atualizados periodicamente. Estabelecer diálogo direto com os demais instrumentos de gestão municipal, a exemplo na normatização do desenvolvimento urbano, plano diretor de desenvolvimento urbano, lei de uso e ocupação do solo, código de obras, etc.

Nos instrumentos de gestão financeira e tributária - código tributário municipal, plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, orçamentos anual, etc. E na formulação de políticas setoriais tradicionais - saúde, trabalho, meio ambiente, etc. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 140 - 148).

Ações como a roteirização turística no município, a promoção e apoio a comercialização desses roteiros, divulgação institucional do município, fomentação de novos empreendimentos mediante incentivos de políticas fiscais e territoriais e de financiamentos. Adequação da infraestrutura e serviços de apoio, como vias de acesso, sinalização, segurança, saúde, etc. A oferta de pontos de informações turísticas. O controle da capacidade de carga dos atrativos para a sua preservação.

No caso de municípios pequenos, a administração pública, muitas vezes, é quem arca com os custos de realização de eventos como, festas de rodeio, carnaval, feiras, comemorações de datas importantes do local, etc. Isso demonstra a importância que a gestão pública manifesta no Turismo. O planejamento, neste caso, requer sempre uma antecedência para que os eventos aconteçam corretamente. Por isso a necessidade de estipular um calendário de eventos anuais para nortear os rumos e os prazos para tomada de ações e definições no orçamento público anual.

Todos esses itens constituem-se em importantes e necessários instrumentos que a gestão pública municipal necessita realizar para o pleno progresso da atividade turística.

2.1.1 O Ministério do Turismo e as atuais diretrizes políticas para o setor.

A criação, em 2003, de um ministério exclusivo para as políticas de Turismo de acordo com Trigo (2009, p. 50) “era uma reivindicação antiga do setor empresarial, acadêmico e institucional”. Antes, o setor estava aos cuidados da EMBRATUR, que após a criação do ministério, tornou-se um órgão de apoio do ministério, ficando com as responsabilidades de promoção, marketing e apoio a comercialização de produtos brasileiros no exterior. (WWF Brasil, 2004, p. 28).

O Ministério do Turismo foi criado com a premissa à promoção do desenvolvimento sustentável do Turismo, que gere empregos e divisas satisfatoriamente e que transforme o turismo num meio de inclusão social. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009).

Foi adotada como modelo de gestão a descentralização do Turismo, com a participação dos Estados e municípios na organização, articulação e integração entre os atores públicos, privados e do terceiro setor, objetivando o fortalecimento da atividade turística com ações conjuntas. (SEBRAE, 2011).

Organizou uma nova estrutura administrativa, o Sistema Nacional de Turismo brasileiro, que de acordo com o Ministério do Turismo (2009, p. 79 - 81) ficou estruturado com os seguintes órgãos.

A Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, que planeja e articula, em nível nacional, as diretrizes do Plano Nacional de Turismo, executando a política nacional para o setor.

A Secretaria Nacional de Políticas de turismo subsidia a formulação, a elaboração e o monitoramento da Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo. Além de monitorar e avaliar a execução da Política Nacional de Turismo coordena a elaboração do Plano Nacional de Turismo e implementa o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do turismo com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e os Fóruns / Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009, p. 79).

Outro órgão integrante do sistema é a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, com a função de promover o desenvolvimento da infraestrutura do turismo, a melhoria da qualidade dos serviços prestados, a capacitação e qualificação profissional do setor e fomento ao financiamento e investimento.

A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional. Também formula e acompanha os programas de desenvolvimento regional de turismo e a promoção do apoio técnico, institucional e

financeiro necessários ao fortalecimento da execução e participação dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios nesses programas. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009, p. 79).

A EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo que ficou responsável pela promoção, marketing e apoio a comercialização de produtos brasileiros no exterior.

O Conselho Nacional de Turismo (CNT), que tem o objetivo de apoiar a formulação e implementação da Política Nacional de Turismo, assegurando a participação do setor privado, por meio de suas associações de classes e da sociedade civil.

E o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR), que articula as discussões de políticas estaduais entre os seus membros nas diversas regiões dos Estados e a política nacional.

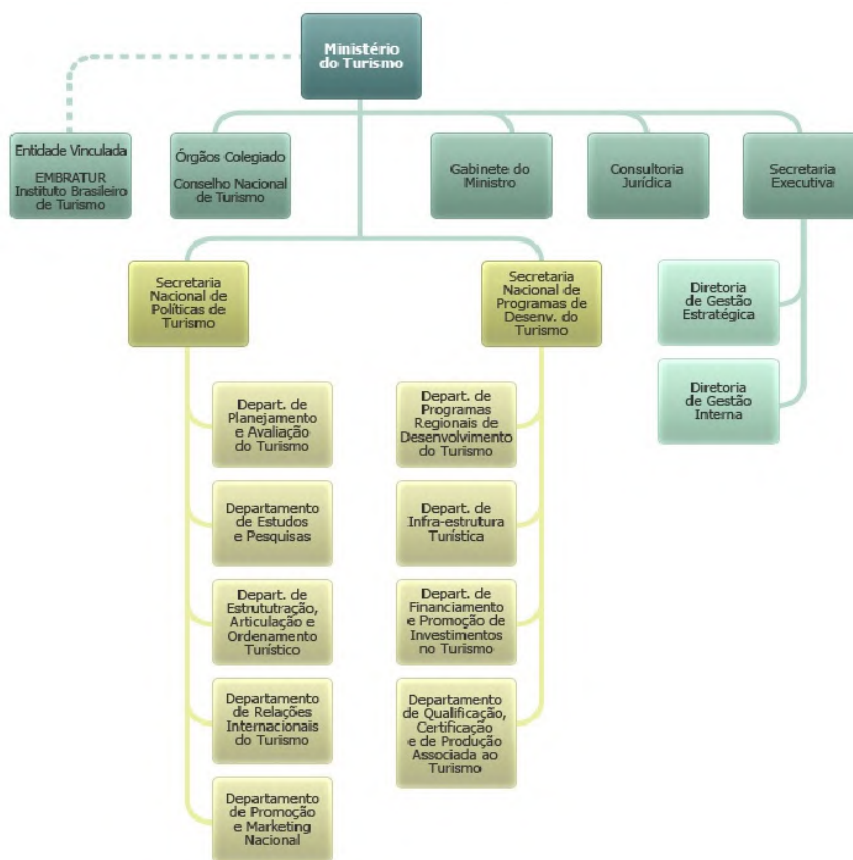


Figura 1 - Organograma Administrativo do Ministério do Turismo.

Fonte: Ministério do Turismo, (2012).

As principais iniciativas empenhadas a partir dessa nova estrutura foram da elaboração do Plano Nacional de Turismo 2003-2007, 2007-2010 e 2011-2014; a realização do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil; e a elaboração e implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

2.1.1.1 Plano Nacional do Turismo.

O Plano Nacional de Turismo foi iniciado com a estruturação a partir de 2003, das diversas medidas anteriormente iniciadas com a EMBRATUR em meados da década de 90, após passar por um processo de profissionalização e capacitação de sua equipe. Foi uma articulação de um arcabouço de projetos, objetivos e ações para impulsionar o turismo brasileiro rumo a novos e mais altos patamares de eficiência, qualidade e organização.

Um instrumento de apoio ao planejamento e gestão do Turismo brasileiro, elaborado com a participação todos os atores de interesse com o segmento do turístico, através de um longo processo de discussões e consensos, que resultou na primeira versão do Plano Nacional do Turismo.

Com o objetivo de contribuir para a inclusão social e conseqüente melhoria do Brasil, o plano tem a intenção de se tornar um instrumento que explicita o pensamento do governo e do trade turístico para orientar as ações necessárias que resultem no pleno desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável em todas as regiões brasileiras.

A primeira versão do Plano definia os planejamentos e objetivos para os anos 2003-2007. Após esse período, houve a reformulação, para as devidas correções, definições de novos rumos, aprimoramentos, etc., e lançado uma nova proposta para os anos 2007-2010. Recentemente, o Ministério do Turismo iniciou uma nova revisão do Plano para os anos 2011-2014.

De acordo com o Ministério do Turismo (2009), o Plano Nacional do Turismo foi concebido baseado nas premissas de incentivar a gestão descentralizada por meio da regionalização do turismo, desconcentrando e interiorizando a renda gerada pela atividade, utilizando para isso, a segmentação do Turismo, criando novos produtos e serviços diversificados de acordo com o potencial de cada região de destino.

Para atingir os objetivos, conforme descreve o Ministério do Turismo (2009, p. 91 - 96), o plano definiu oito macroprogramas capazes de gerar as transformações desejadas. Dentro de cada macroprograma há inúmeros programas que auxiliam na obtenção dos objetivos de cada um. Resumidamente serão detalhados cada macroprograma e seus programas.

O primeiro macroprograma trata do Planejamento e Gestão e tem o objetivo de formular e implementar a Política Nacional de Turismo, visando à descentralização e participação, integrando as esferas públicas em todos os níveis, junto ao setor privado na

construção do turismo. É também de competência deste macroprograma a monitoração e avaliação dos resultados do Plano Nacional de Turismo.

Três programas compõem esse macroprograma, que são: Programa de Implementação e Descentralização da Política Nacional de Turismo; Programa de Avaliação e Monitoramento do PNT; Programa de Relações Internacional.

O segundo macroprograma aborda as Informações e Estudos Turísticos e tem como objetivos estruturar um sistema nacional de estatística do Turismo, que possa sistematizar as informações sobre o turismo no Brasil e exterior, articulando a realização de pesquisas e estudos sobre a atividade, e assim, poder conhecer a oferta e demanda turística, suas características e dimensões.

Para isso, dois programas compõem esse macroprograma: o Programa Sistema de Informações do Turismo e o Programa de Competitividade do Turismo Brasileiro.

O terceiro aborda a Logística de Transportes e seu objetivo é trabalhar na melhoria de toda a infraestrutura de transportes no Brasil em todos os modais. Sendo uma das metas a ampliação da interligação aérea do país, com o fortalecimento das empresas aéreas nacionais, descentralizando o fluxo aéreo com a construção e melhoria de aeroportos no interior do país.

Três programas compõem esse macroprograma: Programa de Ampliação da Malha Aérea Internacional; Programa de Integração da América do Sul e Programa de Integração Modal das Regiões Turísticas.

A Regionalização do Turismo é o quarto macroprograma. Seus objetivos são o desenvolvimento do turismo de forma desconcentrada, interiorizando a oferta turística e distribuindo os benefícios da atividade em todas as regiões, com a diversificação dos produtos e serviços e a inserção de novos destinos e roteiros.

Para a concretização deste macroprograma, quatro programas foram definidos: O Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização; Programa de Estruturação de Segmentos Turísticos; Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do turismo.

Fomento à Iniciativa Privada é quinto macroprograma e tem como objetivo facilitar e incentivar as micros, pequenas e médias empresas a terem acesso ao crédito para investimentos na criação de novos produtos e serviços ou em melhorias dos já existentes. Além disso, promove a captação de investimentos estrangeiros, divulgando as oportunidades que o Brasil oferece.

Dois são os programas: Programa de Atração de Investimentos e Programa de Financiamento para o Turismo.

Sexto macroprograma trata da Infraestrutura Pública. Seu objetivo é apoiar a melhoria da infraestrutura de apoio ao turismo nos destinos e assim, facilitar o acesso aos locais, à melhoria da qualidade de vida e criar condições para implementação de equipamentos turísticos.

Os programas desse macroprograma são: Programa de Articulação Interministerial para Infraestrutura de Apoio do Turismo e o Programa de Apoio à Infraestrutura Turística.

Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos, sétimo macroprograma do plano, visa dar qualificação e aperfeiçoamento de todos os envolvidos com a cadeia produtiva do Turismo, para promover a qualidade dos produtos e serviços ofertados. Além disso, está responsável pela sistematização das normas e regulamentos que inferem na oferta turística brasileira. Também, promove a certificação profissional e dos equipamentos turísticos por meio do incentivo e apoio.

Três programas compõe esse macroprograma: Programa de Normatização do Turismo; Programa de Certificação do Turismo e Programa de Qualificação Profissional.

Oitavo e último macroprograma trata da Promoção e Apoio à Comercialização. Visa promover os produtos turísticos brasileiros para o mercado interno e externo e assim, incentivar o aumento de viagens domésticas e aumentos o fluxo de turistas estrangeiros no país.

Os programas que fazem parte deste macroprograma são: Programa de Promoção Nacional do Turismo Brasileiro; Programa de Apoio à Comercialização Nacional; Programa de Promoção Internacional do Turismo Brasileiro e Programa de Apoio à Comercialização Internacional.

Todas essas iniciativas, além de contribuir para o atingimento das metas, estabelecem referências para uma série de projetos municipais e regionais no Brasil. É importante que os gestores municipais e estaduais conheçam esses programas, para saber se suas iniciativas locais podem de alguma forma, relacionar-se e articular-se com objetivos maiores.

Esse modelo adotado pelo Ministério do turismo voltado para o interior dos municípios do Brasil requer uma gestão compartilhada, criando condições que propiciem a contribuição e a participação das várias esferas da sociedade.

2.1.1.2 Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

O Programa de Regionalização do Turismo lançado em 2004 é um dos resultados dos novos rumos adotados pelo Ministério do Turismo através das orientações pautadas no Plano Nacional do Turismo sobre o modelo de desenvolvimento do Turismo brasileiro.

Com a ampla participação dos atores ligados ao turismo, promovido e coordenado pelo Ministério do Turismo permitiu, pela construção coletiva, a elaboração do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Conforme destaca o Ministério do Turismo (2010, p. 136) o programa tem o objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável do turismo, de forma regionalizada, adotando um modelo de gestão coordenada, integrada, participativa e descentralizada de políticas públicas, para diversificar, ampliar e estruturar a oferta turística”.

Para alcançar os objetivos, de acordo com o Ministério do Turismo (2010), o programa se baseia em:

Princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões, o fortalecimento da regionalização do turismo no país reforça a participação dos governos municipais e estaduais no planejamento e gestão da atividade. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 136).

O processo de regionalização visa à integração de forma compartilhada entre municípios, estados e regiões para o desenvolvimento do turismo no país, desconcentrando territorialmente e interiorizando a atividade e distribuindo seus benefícios.

O Programa de Regionalização do Turismo se dividiu em quatro programas específicos que contemplam as ações necessárias à efetiva implementação da regionalização da atividade turística no país.

De acordo com o documento oficial do Plano Nacional do Turismo 2007 - 2010 esses programas são, o Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização; Programa de Estruturação de Segmentos Turísticos; Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo.

O Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização conforme define o Plano Nacional do Turismo 2007/2010.

Integra um conjunto de ações relacionadas ao planejamento das regiões turísticas nas 27 Unidades Federadas. Contempla desde atividades de articulação, sensibilização e mobilização, até a elaboração e implementação dos planejamentos estratégicos das regiões turísticas. Tem efetiva atuação por meio da institucionalização de instâncias de governança regionais, na formação de redes e na monitoria e avaliação do processo de regionalização em âmbito municipal, estadual e nacional, com destaque para as ações integradas com países vizinhos. (PLANO NACIONAL DO TURISMO 2007/2010, p. 68).

O Programa de Estruturação de Segmentos Turísticos está norteado por duas linhas estratégicas: segmentação da oferta e demanda e estruturação dos roteiros turísticos.

O texto do Plano Nacional do Turismo (2007 - 2010, p. 68) diz que “a segmentação constitui uma forma de organizar o turismo. É uma estratégia para a estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos, a partir dos elementos de identidade de cada região”. Exemplos de produtos turísticos segmentados contemplam o turismo rural, turismo cultural, ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios e eventos, etc.

Com a definição de qual segmento cada região dispõe, inicia-se o processo de roteirização do Turismo que são voltadas para a “construção de parcerias e promove à integração, cooperação e comprometimento entre os atores locais, o adensamento de negócios, o resgate e preservação dos valores socioculturais e ambientais da região, como uma forma de integrar a oferta turística” (PLANO NACIONAL DO TURISMO 2007/2010, p. 68).

O plano destaca que a estruturação e elaboração de roteiros é responsabilidade da iniciativa privada, cabendo ao setor público à iniciativa de induzir esse processo.

Sobre o Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo.

Objetiva a identificação dos produtos associados ao turismo, artesanal, industrial, comercial e de serviços, como forma de ampliação e diversificação da oferta. Propõe meios de alavancar as oportunidades e superar os desafios para incorporar esses produtos e adequá-los ao mercado e ao processo de comercialização do turismo. A partir da identificação dos produtos com potencial de associação ao turismo, devem ser mobilizados recursos para a sua adequação e para a divulgação e promoção de maneira a potencializar os resultados esperados, quais sejam a agregação de valor e ampliação de mercado para o turismo e produtos associados e a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda. (PLANO NACIONAL DO TURISMO 2007/2010, p. 38).

E o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo consiste em oferecer recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável e integrado do turismo. Disponibilizam mecanismos para a facilidade creditícia na obtenção de financiamentos por meios dos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, oferecido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que permite um trâmite mais rápido dos processos de captação de recursos com a redução dos custos da operação.

De acordo com o Plano Nacional de Turismo esse programa visa:

Melhorar a qualidade de vida da população local, aumentar as receitas do setor e melhorar a capacidade de gestão da atividade em áreas de expansão e de potencial turístico. Atua por meio de ações como elaboração de planos diretores e fortalecimento da gestão municipal, capacitação profissional e empresarial, estudos de mercado turístico nacional e internacional, planos de gestão ambiental, planos de marketing, além das intervenções em infraestrutura de transporte, de saneamento

ambiental, de conservação de patrimônio histórico, entre outras. (PLANO NACIONAL DO TURISMO 2007 - 2010, p. 38).

Desde o início do programa, foram identificadas e definidas 65 regiões turísticas como destinos indutores de desenvolvimento regional do Turismo no Brasil.

Para saber mais sobre o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil acesse: http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/

2.2 Turismo e desenvolvimento local.

O Turismo é uma atividade que ajuda a complementar o desenvolvimento de uma localidade que disponha de recursos com significativa atração para chamar a atenção do turista em visitá-la. Se bem planejado, os efeitos do turismo, positivos ou negativos, inferem na economia, cultura, meio ambiente, social e político.

De acordo com Cooper (2007, p. 166) a presença do Turismo gera impactos socioculturais, ambientais e econômicos. Acrescenta ainda que, a escolha em apostar no turismo como opção de desenvolvimento requer que se considerem todos os fatores relacionados ao seu impacto e aos recursos aos quais ele irá se basear. Aconselha que os planejadores do Turismo e os elaboradores de políticas considerem todos os efeitos do turismo (positivos e negativos), em todos os níveis de influência (econômico, ambiental e sociocultural) como uma única estrutura de análise.

Para Barqueiro (1990) apud Souza (2006, p. 12) o “desenvolvimento local ocorre em localidades e territórios que dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, que constituem em potencial de desenvolvimento”. O autor complementa que, a “existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis e a introdução de inovações, garante a criação de riqueza e a melhoria do bem-estar da população local”.

O desenvolvimento local é um processo em que o social se integra ao econômico. A estratégia de desenvolvimento endógeno ou desenvolvimento local se propõe a, além de desenvolver os aspectos produtivos, potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais que constroem o bem-estar da sociedade. (ZAPATA, 2004 apud SOUZA, 2006, p. 12 - 13).

O fomento do Turismo deve primar pela sustentabilidade em todos os efeitos gerados em determinado território. A atividade turística deve ter, como princípio, o desenvolvimento baseado na sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional, isto é, um turismo produtivo, justo e correto, nas visões econômicas, sociais e ambientais.

Desenvolvimento sustentável é a atividade que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção de equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo, assim, que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras. (RELATÓRIO BRINDLAND (1984) apud MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 23).

A Organização Mundial do Turismo – OMT (2004) apud Ministério do Turismo (2010) compreendem que o desenvolvimento sustentável é:

Um processo contínuo, que requer monitoramento constante dos impactos que podem ser causado pelo turismo, de modo que, como ações de manejo, seja possível minimizar esses impactos negativos e maximizar os positivos, introduzindo medidas preventivas ou de correção de rumos. Um princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na eficiência econômica, na diversidade cultural, na proteção, na conservação do meio ambiente e na equidade social. (OMT, 2004 apud MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 24).

O termo desenvolvimento, nesse princípio, se aliada à sustentabilidade. Segundo o Ministério do Turismo (2007, p. 19) os projetos passam a ser desenvolvidos com a “garantia ou melhoria da qualidade de vida humana, sem que isso implique na diminuição da capacidade de suporte dos ecossistemas ou a degradação e esgotamento dos recursos”.

Cabe destacar, o que vem a ser a sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômico e político-institucional. O Ministério do Turismo (2010, p. 25 - 26) tece algumas considerações sobre cada definição.

Para ele, a sustentabilidade ambiental é “a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade dos recursos”.

A sustentabilidade sociocultural “assegura que o desenvolvimento aumente o controle das pessoas sobre suas vidas, preserve a cultura e os valores morais da população e fortaleça a identidade da comunidade”.

A sustentabilidade econômica “assegura que o desenvolvimento seja economicamente eficaz, garanta a equidade da distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento e gere recursos que possam suportar as necessidades das gerações futuras”.

Já a sustentabilidade político-institucional dá “solidez e a continuidade das parcerias e dos compromissos estabelecidos entre os diversos agentes e agências governamentais dos três níveis de governo e nas três esferas de poder”.

O desenvolvimento do Turismo gera efeitos ou impactos positivos e negativos nos aspectos econômicos, socioculturais, ambientais e políticos-institucionais de determinada localidade. Para evitar que os rumos da atividade se desenvolvam de forma desordenada, injusta e degradante, o planejamento participativo baseado na sustentabilidade é uma necessidade constante.

É preciso, então, conhecer quais são os efeitos ocasionados em cada aspecto que sustentam o desenvolvimento do Turismo na localidade. Para o Ministério do Turismo (2010, p. 32 - 44) são considerados os seguintes.

Sobre o aspecto ambiental, o Turismo tem nele, um dos seus principais recursos a serem utilizados como atratividade de turistas no destino. O potencial de colaborar com a proteção e a conservação do meio ambiente e também a manutenção e a qualidade de vida das

comunidades receptoras. Por outro lado, se nada for feito, os efeitos negativos aparecerão rapidamente e acentuará ainda mais a degradação ambiental.

Os efeitos ambientais positivos gerados pelo Turismo vão do aumento no investimento para a conservação, proteção, manutenção e recuperação do ambiente visitado por meio de contribuições financeiras. A melhoria das condições ambientais do destino e da infraestrutura básica da localidade. A geração de emprego e renda para a comunidade próxima aos destinos, com atividades diversas como fornecimento de alimentos, mão de obra, artesanato, etc. Sensibilizando os turistas e a comunidade local para a importância da preservação ambiental para a manutenção e preservação do ambiente em que vivem e usufruem.

Os efeitos negativos ambientais de um Turismo mal planejado e não controlado vão, do uso desordenado do meio ambiente, pela ampliação da demanda pelos recursos ambientais, que pode gerar uma competição com a comunidade local pelo uso dos recursos e ocasionando a degradação pelo uso excessivo. Além disso, pode gerar todo tipo de poluição. Outro ponto negativo é a descaracterização do atrativo natural, com uso inadequado do solo, uso excessivo do atrativo, desmatamento, interferência na paisagem com instalação de equipamentos turísticos.

O aspecto sociocultural pode trazer a melhoria da qualidade de vida e à redução dos níveis de exclusão por meio de uma distribuição mais justa da renda e dos bens. Representa uma ação eficaz para enfrentar situações de desigualdade e desequilíbrio econômico e regional. Por outro lado, pode-se acentuar a exclusão social, espacial e as injustiças sociais preexistentes.

Os efeitos positivos socioculturais do Turismo podem ser percebidos nas mudanças sociais em termos de tolerância e bem-estar. Como dito, pode reduzir os níveis de exclusão através da distribuição justa da renda e dos bens e conseqüentemente, a distância entre pobres e ricos. Valoriza e estimula a cultura local e a identidade social por parte dos próprios habitantes. Conserva, preserva e recupera o patrimônio cultural material e imaterial dos destinos turísticos.

Do outro lado, negativamente, os efeitos socioculturais se manifestam no contato entre os turistas e as localidades turísticas, que, em alguns casos, é marcado por contradições, tensões e problemas. O Turismo em excesso e sem sustentabilidade pode acelerar o processo de modificação das culturas locais, como a mudança de hábitos e crenças, gerando conflitos entre as populações locais e os turistas. Outro efeito negativo que geralmente acontece é a prostituição e a exploração sexual infanto-juvenil. A degradação e vandalismo dos patrimônios culturais é outro problema.

No aspecto econômico, o Turismo, se não for bem planejado e ordenado, há uma probabilidade maior de que a atividade gere mais problemas do que ganhos. Por outro lado, conforme aborda o Ministério do Turismo (2007):

Em regiões pouco desenvolvidas, caracterizadas, normalmente, por baixos níveis de renda, altos índices de desemprego, baixo desenvolvimento industrial e social e pela grande dependência da agricultura, o turismo pode proporcionar novas formas de geração de renda e circulação de dinheiro, sendo muito significativo nessas regiões que em outras. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p. 55).

O Turismo tem uma dinâmica extensa na econômica. Provoca um efeito multiplicador de geração de renda que é constituído de três vertentes: efeito direto, que são as compras realizadas pelos turistas diretamente nos estabelecimentos que fornecem bens e serviços turísticos (gastos do turista com hospedagem, serviços de agenciamento, diversão, transporte local, artesanato, etc.); efeito indireto, que consiste na repercussão das compras feitas pelos estabelecimentos da linha de frente.

Para Rabahy (2003, p. 66) “os gastos diretos efetuados em dado setor concorrem para a geração de renda em várias outras etapas precedentes, pela solicitação de bens primários, intermediários ou finais de outros setores produtivos”. Exemplo, os hotéis, que necessitam abastecer seu estoque para oferecer seus serviços aos hóspedes, como alimentos, bebidas, etc.

Por último, o efeito indutor são aqueles gerados pelos dos salários, aluguéis, e juros que a atividade turística induz que, conseqüentemente, geram outras atividades econômicas, pela disseminação da renda a outros setores não diretamente ligados ao turismo. Como exemplo, pode-se citar um recepcionista de uma pousada, que ao receber seu salário o gasta com alimentos, vestimentas, etc.

Os efeitos econômicos positivos do Turismo mais relevantes vão da geração de empregos permanentes e temporárias. Aumento da arrecadação de tributos. Geração e aumento da renda local, com a introdução e circulação de novas rendas. A implantação e melhoria da infraestrutura de apoio ao Turismo. Geração e aumento das compras locais. Melhoria dos padrões de conservação, haja vista que, para a manutenção dos benefícios da atividade é necessário à sustentabilidade dos atrativos, então, o poder público e os empresários investem em medidas de conservação, a fim de manter a qualidade e conseqüente atratividade do destino.

Do outro lado, da mesma forma que possui elevado número benefícios econômicos, a atividade turística também traz consigo problemas que podem ser graves, em conseqüência quando o Turismo é desenvolvido com ineficiência do planejamento e gestão pública inadequada.

Dentre os efeitos negativos econômicos da atividade turística, destacam-se o aumento exagerado do fluxo de turistas acima da capacidade local. Elevação do custo de vida local, dos preços dos alimentos, serviços e aluguéis, principalmente durante temporadas. A diminuição da oferta de insumos ao mercado não turístico local, pela absolvição total do mercado turístico dos produtos, que pode aumentar os preços para a comunidade do destino. A especulação imobiliária é outro fator negativo que acontece em locais turísticos. Por fim, a mão de obra importada e a remessa de lucros é outro fator negativo.

Na questão dos efeitos político-institucional do Turismo, a importância se dá na interrelação entre os atores envolvidos com a atividade turística, e refere-se:

À continuidade de gestão das políticas de desenvolvimento do turismo em horizontes temporais que superem o curto prazo dos mandatos político [...] à solidez e à continuidade das parcerias e dos compromissos estabelecidos entre os diversos agentes e agências governamentais dos três níveis de governo e nas três esferas de poder, além daqueles atores situados no âmbito da sociedade civil. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 41).

Dessa forma, as instituições governamentais e não governamentais devem estar comprometidas e trabalharem em parceria para garantir o desenvolvimento competitivo, planejado e sustentável das regiões turísticas.

Os efeitos positivos desse aspecto destacam-se um novo relacionamento entre o setor público e o privado pela importância que o Turismo passa a ter em determinada localidade. Fomenta a participação social nas decisões e no planejamento na localidade, já que, o Turismo é composto por inúmeros segmentos de interesse. Dá transparência na gestão pública e privada, ocasionado pela participação social, que faz com que os gestores públicos e privados passem a se preocupar em transmitir informações mais transparentes em relação às suas ações.

Continuidade das políticas públicas, também ocasionado pela intersetorialidade e participação social nas decisões que garante que as políticas públicas não sejam desfeitas ou abandonadas a cada mudança no panorama político.

Oposto disso são os efeitos negativos, que vão da insegurança institucional ocasionada em situações que envolvam mudanças da direção das políticas nas organizações públicas e privadas, que pode ameaçar a continuidade das políticas antes definidas. Falta de participação da sociedade e do setor privado nas decisões e no planejamento.

Como se pode perceber, o Turismo influencia profundamente o desenvolvimento de determinada região e seus efeitos podem contribuir para o progresso e bem-estar socioeconômico, ambiental e cultural, assim como o oposto, ou seja, pode gerar malefícios graves para toda a população dessas regiões.

O importante é a realização de um planejamento participativo em busca da sustentabilidade, visando maximizar os efeitos positivos de cada aspecto abordado e minimizar os negativos.

A atuação em conjunto (público, privado e sociedade civil) no planejamento, implementação, gestão e avaliação de políticas públicas de Turismo é a chave do sucesso para o desenvolvimento local sustentável do Turismo mediante instrumentos de apoio a gestão, com princípios da cooperação, parceria, diálogo e trocas de ações e responsabilidades.

Pois como aborda o Ministério do Turismo (2010):

A importância da atividade turística está crescendo no mundo inteiro. Nos últimos 50 anos, o turismo internacional cresceu a uma taxa média anual de 6,8%. [...] em 1998, o Fundo Monetário Internacional (FMI) atestava que o turismo já superava a indústria automobilística – o grande ícone da economia mundial – como principal fator de exportação em todo o mundo. [...] segundo a OMT, o número de viajantes internacionais deverá triplicar no intervalo de 1995 e 2020, apesar das ameaças provocadas pelo terrorismo. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, 34).

No Brasil, segundo a Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo (Pacet) as empresas do setor de turismo registraram aumento no faturamento médio de 18,3% em 2011.

Estimativas do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (*World Travel & Tourism Council - WTTC*) apresentada na pesquisa *Economic Impact of Travel & Tourism 2012* é que o Brasil será líder de crescimento do turismo na América Latina em termos de PIB. A região como um todo crescerá 5,6% e o Brasil 7,8% neste ano. A quantidade de empregos gerados somente no Brasil na área do Turismo será 7,1% maior em 2012.

Levantamento do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA (2011) mostra também que as Atividades Características do Turismo (ACT) representavam, em 2009, 2,8% de todas as ocupações formais do país. Foram pesquisadas atividades de alojamento, alimentação, agências de viagem, transportes (todas as modalidades), além de cultura e lazer. Na mesma pesquisa, também foi constatado um crescimento de 34% no período de 2003 a 2009 no número de ocupações formais, onde 914 mil pessoas trabalhavam com carteira assinada no setor no Brasil.

2.3 Casos de sucesso de implementação de Políticas Públicas do Turismo.

Os casos de sucessos levantados a seguir foram escolhidos por representarem ações importantes que servem de exemplo para outras localidades.

O primeiro caso de sucesso aborda a localidade de Triunfo (PE). Este caso apresenta uma forma eficiente de organização da estrutura administrativa e organizacional de um órgão público gestor da atividade turística mediante a aprovação de lei municipal. Através da lei, foram definidos o formato do órgão público de Turismo, suas competências, responsabilidades e colaboradores. Além disso, apresenta algumas ações sobre o planejamento e gestão da atividade turística, como o Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal do Turismo e o Plano de Comunicação e Marketing Turístico.

O segundo caso de sucesso trata da localidade de Brotas (SP). Este caso demonstra a importância que o Conselho Municipal do Turismo tem na gestão da atividade. Em Brotas (SP) o conselho organizou um Grupo Gestor com competência de aprovar e elaborar ações visando o desenvolvimento da atividade turística em parceria com a Secretária Municipal de Turismo. A participação social na gestão do Turismo é bem representada neste caso de sucesso.

2.3.1 Triunfo (PE).

Foi selecionado para estudo o caso de sucesso vencedor da III Seleção e Premiação de Casos de Sucesso na Implementação do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, da categoria Gestão Turística Municipal do ano de 2011, apresentado no 6º Salão do Turismo em 2011.

O município vencedor da melhor proposta foi Triunfo (PE), com o projeto Gestão Turística de Triunfo – Consolidação de Triunfo como principal destino indutor do Sertão do Nordeste.

O município de Triunfo (PE) está localizado no interior do Estado de Pernambuco, mas especificamente na mesorregião do Sertão Pernambucano. Parte de seu território faz divisa com o Estado da Paraíba. Distante 399 km da capital Recife, com área de 191,516 km, altitude média de 1.004 m e população de 15,006 hab. (IBGE, 2010). Situada no Sertão do Pajeú considerado uma das regiões mais áridas do nordeste, Triunfo se diferencia pela abundância de água, grandes quantidade de matas e baixas temperaturas pela sua altitude, o que faz com que seja chamada de “oásis do sertão”.

É a cidade mais alta do território pernambucano e fica no município o Pico do Papagaio ponto mais alto do Estado de Pernambuco com 1.260 m de altitude. Nesse ponto são registradas uma das menores temperaturas do Nordeste, chegando até 5°C durante a madrugada dos meses de julho, agosto e setembro. (Wikipédia, 2012).



Figura 2 - Localização geográfica do município de Triunfo (PE).
Fonte: Wikipédia, (2010).

Triunfo elaborou e está implementando o projeto Gestão Turística de Triunfo – Consolidação de Triunfo como principal destino indutor do Sertão do Nordeste. Os dados levantados nessa análise estão contidos na proposta enviada pela prefeitura de Triunfo ao Ministério do Turismo.

De acordo com a proposta apresentada para a III Seleção e Premiação de Casos de Sucesso na Implementação do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, as ações desempenhadas pela gestão pública do Turismo local foi à estruturação da Gestão Turística de Triunfo, com a revitalização do órgão gestor do Turismo municipal, criação, implementação e efetivação do Conselho Municipal de Turismo, elaboração e implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal do Turismo e do Plano de Comunicação e *Marketing* Turístico.

O modelo de gestão adotado pelo município está focado, de acordo com o órgão gestor, sob a filosofia da cultura da cooperação. A cultura da cooperação em Triunfo se alicerça nos princípios da/o: Articulação; Integração; Valores Compartilhados; Coesão de Objetivos; Ações Comuns; Consenso; Convivência; Autoconhecimento; Confiança; Autonomia. (SETUR, 2011)

A primeira iniciativa foi à reestruturação da Secretaria de Turismo, Cultura e Desportos – SETUR Triunfo, definido pela Lei 1.168 de 29 de junho de 2010 que ficou composta com a seguinte estrutura organizacional.

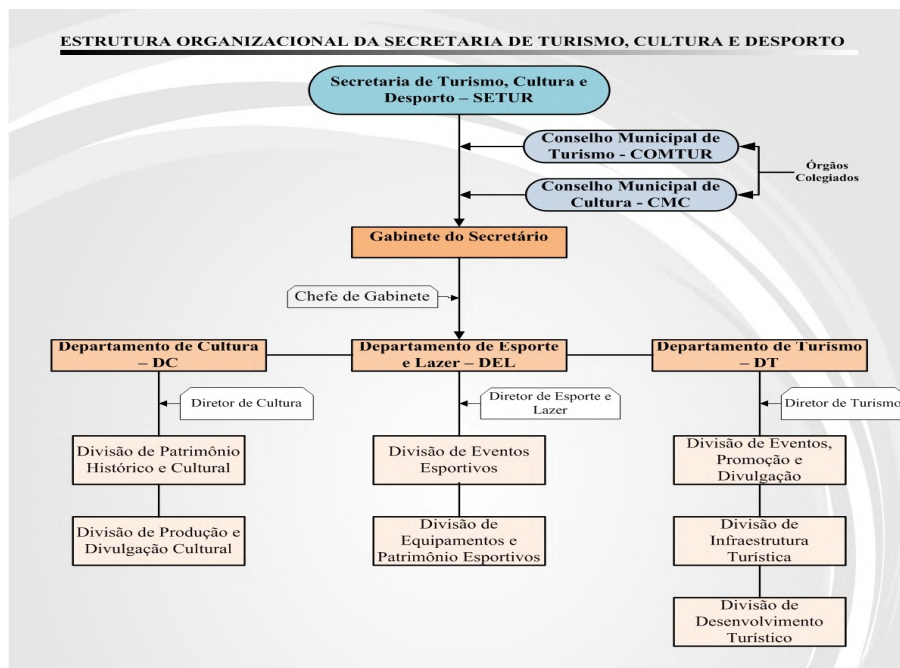


Figura 3 - Estrutura Organizacional da Secretaria de Turismo, Cultura e Desporto de Triunfo (PE).
Fonte: O autor, (2012).

As competências de cada departamento, do secretário, dos diretores, além da definição dos cargos de provimento em comissão, com a exigência para preenchimento dos cargos de escolaridade mínima de ensino médio, estão definidas na respectiva lei de estruturação da secretaria.

A partir da aprovação dessa lei, o órgão gestor municipal ganhou uma nova sede administrativa com ajustamento de cargos e funções. Foi elaborado um Manual de Orientações para a Reestruturação e Gestão da SETUR, documento orientador para plena efetivação do órgão.

Também foram criadas ferramentas de Gestão Integrada, como relatórios de acompanhamento de execução de ações da SETUR. Foi definido, através de discussões participativas, o orçamento da secretaria, que teve um aumento de 40% comparado com o orçamento no período de 2006-2011, que passou a ser do valor de R\$ 1.500.000,00. (SETUR, 2011).

Outra iniciativa foi à aprovação da lei nº 1.201/2011 que dispõe sobre a instituição do Certificado e do Selo de Qualidade Turística no município de Triunfo, regulamentado pela Resolução nº 02/2011 do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, na qual são concedidos pelo Executivo Municipal através da SETUR Triunfo em parceria com o Conselho Municipal de Turismo, aos estabelecimentos e prestadores de serviços que atendam as exigências básicas visando proporcionar qualidade sustentada de serviços e segurança aos

turistas. A adesão à certificação e o selo é facultativo as empresas, entidades e pessoas, porém, recomendado.

Somente os empreendimentos que receberem o certificado e o selo estarão aptos a receberem incentivos municipais e tomar parte da divulgação das atividades turísticas municipais, tais como: sinalização, miniguias, folhetos, feiras, eventos, *site*, entre outros materiais de divulgação institucional do turismo municipal.

Além disso, desenvolveu em cooperação com o SEBRAE, o Conselho Municipal de Turismo e o trade turístico local o Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal do Turismo e o Plano de Comunicação e Marketing Turístico que serão tratados mais adiante.

Conforme aborda a Setur Triunfo (2011).

O órgão prioriza e empenha em cumprir seus papéis institucionais sem abrir mão de organizar os significados que seu povo dá a cada elemento de seu território e cultura, e desenvolve, assim, o Turismo coletivamente consciente e responsável que gera unidade entre a tradição e a inovação, valorizando a vida e sua identidade, desbravando mercados, diferenciando-se e conquistando respeito e credibilidade. (SETUR, 2011, p. 2).

Ao mesmo tempo, foi reformulado o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), conforme a Lei Municipal nº 1.169/2010 que deu nova redação a Lei Nº 834/93, trata sobre a participação nas ações de desenvolvimento do Turismo, através do Conselho Municipal de Turismo de Triunfo.

A partir dessa nova redação, o conselho passou a ser um órgão consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador de assessoramento à administração pública e órgãos de representatividade, tendo por finalidade formular a política do Turismo. Ficou definido também, a composição de membros do conselho, a quantidade de membros titulares e os órgãos, entidades, cooperativas, associações ou organizações ligadas à área que podem indicar membros. Além da estrutura administrativa, das competências e funcionamento do conselho.

A efetivação do conselho se deu por meio do decreto municipal nº 15 de 2011 que nomeou os membros para o biênio de 2011/2012 e pela aprovação do Regimento Interno aprovado na IX Reunião Ordinária do Conselho em 07 de abril de 2011. Outra importante ação foi à criação do Fundo de Cooperação do Turismo (FUNTUR), abastecido com recursos públicos e com contribuições do trade turístico local.

É possível perceber, que o município de Triunfo tomou os rumos sobre o desenvolvimento e gestão do Turismo de maneira planejada e profissional. Seguindo as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, criou todos os instrumentos e ações que possibilitem o pleno desenvolvimento sustentável e responsável do turismo. Efetivou e deu profissionalismo ao órgão público gestor e implementou a participação democrática e de

cooperação da sociedade através do Conselho Municipal de Turismo. Com isso, possibilitou a realização do planejamento dos rumos da atividade turística, que culminou com a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Municipal e do Plano de Comunicação e *Marketing* Turístico de Triunfo.

Por todas essas realizações, o município foi o vencedor da III Seleção e Premiação de Casos de Sucesso na Implementação do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, na categoria Gestão Turística Municipal do ano de 2011.

Sua experiência e iniciativas servem como referência a ser seguida por outros municípios brasileiros que tenham o interesse de desenvolver a atividade turística em seu território.

2.3.2 Brotas (SP).

O município de Brotas (SP) é considerado um dos melhores destinos de ecoturismo e turismo de aventura no Brasil e um dos principais centros de recebimento de turistas praticantes desses seguimentos turísticos.

Localizado na região central do interior do Estado de São Paulo, o município tem uma população de 21.580 hab., área territorial de 1.101,385 km, densidade demográfica de 19,59 hab/km. (IBGE, CENSO 2010). Distante 235 km da capital São Paulo. Relevo constituído de planaltos tubulares e cuevas basálticas concêntricas, com altitude média de 647 m.

Detentor de uma rica diversidade de atrativos turísticos naturais (rios, matas, morros, cachoeiras, etc.) fez com que se tornasse em um dos principais destinos dos seguimentos de ecoturismo e mais especificamente do turismo de aventura, sendo conhecida como a capital do turismo de aventura no Brasil. Brotas disputa turista com município de Bonito (MS) outro referencial no ecoturismo brasileiro.



Figura 4 - Localização geográfica do município de Brotas (SP).

Fonte: Wikipédia, (2006).

No que tange a gestão pública do turismo o município Brotas conta com a Secretaria de Turismo e o Grupo Gestor do Conselho Municipal de Turismo.

Um instrumento importante de planejamento e gestão do turismo no município foi à implementação, em 2011, do Projeto Gestão & Planejamento de Destinos Turísticos. Este projeto é uma iniciativa no Ministério do Turismo em parceria com o Instituto Marca Brasil e uma ação inserida no Programa de Regionalização do Turismo que visa trazer novos mecanismos de planejamento e gestão, fortalecendo as governanças regionais e o desenvolvimento do turismo nos destinos turísticos.

Segundo o Instituto Marca Brasil (2010) o projeto está previsto para ser implementado em todos os 65 destinos turísticos indutores definidos pelo Programa de Regionalização do Turismo, em 17 estados do Brasil. Inicialmente foram selecionadas 48 municípios com relevância para o turismo brasileiro. Brotas foi primeiro destino selecionado a implementar esse projeto.

O projeto tem o propósito de ser uma ferramenta de gestão, dando orientações técnicas e capacitando atores locais para a gestão e o planejamento do turismo, e assim, ampliando os conhecimentos e fomentando a competitividade para incrementar o potencial de cada local, acelerando o desenvolvimento turístico dos destinos.

A capacitação das lideranças locais se fez mediante cinco módulos introduzidos em etapas. Esses módulos abordam as seguintes temáticas:

I – Competitividade do Destino: Posicionamento e Formação do Grupo Gestor;

II – Competitividade do Destino: Planejamento e Gestão;

- III – Competitividade do Destino: Empreendedorismo e Gestão de Projetos;
- IV - Competitividade do Destino: Inteligência Competitiva e Formação de Indicadores;
- V – Lideranças Articuladoras do Planejamento Turístico.

Os resultados dessa iniciativa foi o fortalecimento das lideranças locais com a organização do Grupo Gestor do Conselho Municipal de Turismo de Brotas, que dividiu o órgão em câmaras técnicas para o melhor planejamento e gestão da atividade. Assim, o conselho ficou estruturado com a Câmara Técnica de Políticas Públicas, Câmara Técnica de Sustentabilidade, Câmara Técnica de História e Cultura, Câmara Técnica de Capacitação e Câmara Técnica de *Marketing*, Eventos e Monitoramento.

Com essa nova estrutura o conselho já aprovou 28 ações através das câmaras técnicas para a melhoria da gestão do turismo de Brotas. Dentre as mais importantes iniciativas estão à revisão da Lei de Licenciamento Turístico e do Conselho Municipal de Turismo do município, proposta pela Câmara Técnica de Políticas Públicas. A implementação da Licença Turística Ambiental e regulamentação de Áreas de Proteção Ambiental (APA) propostas pela Câmara Técnica de Sustentabilidade.

A elaboração do calendário turístico de eventos e a finalização do almanaque de divulgação do município proposto pela Câmara Técnica de História e Cultura. Realização de Ciclos de Capacitação Empresarial e Ciclos de Capacitação de Camareiros e Garçons proposto pela Câmara Técnica de Capacitação e, por fim, a realização de seminários de marketing, realização de pesquisas sobre a sazonalidade turística e sobre a demanda turística do município propostas pela Câmara Técnica de *Marketing*, Eventos e Monitoramento. (CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE BROTAS, 2011).

Outra ação importante foi à realização de pesquisas para a elaboração do Índice de Competitividade Turística de Brotas. Ocorrida em 2009, foi o precursor para implementação do Projeto Gestão & Planejamento de Destinos Turísticos.

Segundo a Secretaria Municipal de Turismo de Brotas (2011) a pesquisa é outra iniciativa do Ministério do Turismo e foi realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em parceria com o SEBRAE visando captar e monitorar a evolução da atividade turística no destino.

A pesquisa abordou 13 dimensões como Infraestrutura, Acesso, Serviços e Equipamentos Turísticos, Atrativos, Marketing e Promoção, Cooperação Regional, Monitoramento, Políticas Públicas, Economia Local e Aspectos Sociais, Ambientais e Culturais, aplicando questionários com 600 perguntas. Para os resultados coletados foram

atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando notas a cada dimensão, numa escala de 0 a 100.

Os principais resultados apresentados pelo Índice de Competitividade Turística de Brotas foi que o município recebe mensalmente cerca de 25 mil turistas e a atividade turística é responsável por 3% da arrecadação municipal. A geração de emprego direto com a atividade é de mil pessoas, o que representa 9% no total de empregos no município. (EP NOTÍCIA, 2011).

Todas essas ações descritas demonstram que o município de Brotas criou uma estrutura profissional, responsável e participativa para o planejamento e gestão da atividade turística, com o fortalecimento do conselho municipal, a realização de estudos e levantamento de indicadores para orientação dos rumos a seguir.

2.4 Fatores de fracasso na implantação e gestão.

As características multisetoriais e multistitucionais do Turismo tem sido uns dos fatores que ocasionam dificuldades na implementação e gestão de políticas públicas de Turismo, pela complexidade de articulação e cooperação entre todos os atores de interesse envolvidos com a atividade.

Segundo Carvalho (2000):

Quando uma política envolve diferentes níveis de governo – federal, estadual, municipal –, ou diferentes regiões de um mesmo país, ou, ainda, diferentes setores de atividade, a sua implementação pode ser problemática, já que o processo torna-se mais complexo e mais difícil de ser controlado. Mesmo quando se trata apenas do nível local, há de considerar, ainda, a importância dos vínculos entre diferentes organizações e agências públicas para o sucesso da implementação. Geralmente, quando a ação depende de um certo número de elos em uma cadeia de implementação, o grau necessário de cooperação entre as organizações para que essa cadeia funcione pode ser muito elevado. (CARVALHO, 2000, p. 107 - 108).

O desenvolvimento, implementação e gestão de políticas públicas de Turismo envolvem vários atores de vários seguimentos (emprego, meio ambiente, cultura, transportes, política urbana, etc.), em vários níveis de decisão. Muitas vezes, isso gera um distanciamento entre os formuladores e implementadores das políticas públicas, por desacordo ao planejamento a ser adotado ou pela intensidade dos conflitos de interesses de cada um.

Outra constatação abordada por Garcia et. Ashton (2006) é a ocorrência de descontinuidade dos planos, programas e projetos. Isso se origina pela falta de pessoal capacitado nos órgãos oficiais, pela falta de verbas, pela renovação eleitoral, por não haver a participação social na elaboração e definição do planejamento ou a não cooperação entre os atores de interesse, fazendo com que as ações sejam interrompidas, abandonadas ou fracassadas.

A descontinuidade das ações é um dos principais fatores de insucesso na implementação e gestão do Turismo. Macedo (2011) relata que a rotação de gestores em cargos públicos nos órgãos oficiais de turismo e o não envolvimento com outros órgãos públicos de outras áreas, contribuem para a falha no planejamento da atividade turística.

Os órgãos públicos oficiais de Turismo também são responsáveis pelos fracassos na gestão. Beni (1992) apud Carvalho (2000) assinala que:

Uma das grandes dificuldades para a implementação das políticas públicas de turismo é a situação do setor e do órgão competente, na estrutura administrativa do Estado. O fato de se tratar de uma atividade que não pode ser identificada claramente como setor econômico diferenciado contribui para essa situação, já que os bens e serviços vendidos aos visitantes e aos turistas domésticos originam-se de vários ramos da produção. O êxito do planejamento e da execução das políticas de

turismo vai depender, e muito, do seu lugar na hierarquia do Estado. Outras dificuldades apontadas pelo autor são: a indefinição da própria política com relação à normatização institucional da gestão dessa política; a falta de integração e coordenação entre os organismos oficiais de turismo em todos os níveis; a inexistência de uma ação intersetorial no desenvolvimento do turismo; a descontinuidade administrativa; a carência de mão de obra qualificada e especializada, e a ausência de pesquisas científicas. (BENI, 1992 apud CARVALHO, 2000, p. 104).

Muitas vezes o modelo de desenvolvimento adotado, em que não há o aproveitamento da vocação turística da região, onde a comunidade local não está sensibilizada a compreender os benefícios da atividade turística e por isso, cria dificuldades na aceitação das mudanças e transformações que um novo público trás ao local, o que pode gerar conflitos étnicos e culturais.

Por isso, é necessário sensibilizar de antemão a sociedade local do destino turístico da importância e dos benefícios que o turismo proporciona e da participação das discussões sobre os rumos do Turismo. Trigo et al (2007, p. 41) orienta para uma ampla discussão que o turismo exige “sobre o modelo de desenvolvimento para a economia e a sociedade. Essa discussão envolve outras questões, como a cidadania, o meio ambiente, a ética, a sustentabilidade e a necessidade de uma inclusão maciça de pessoas”.

Outro fator que ocasiona fracassos na implantação, gestão e desenvolvimento do turismo é a centralização exclusiva do poder público, sem a devida introdução da sociedade como um todo, nas discussões e definições sobre o modelo a ser adotado. O poder público deve transferir para a sociedade, parte das responsabilidades de administrar o desenvolvimento do turismo, ou seja, cabe a ele o papel de orientador de todas as tomadas de decisões e ações no planejamento do Turismo em determinada localidade. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009).

A centralização na elaboração, implementação e gestão de políticas públicas pelo poder público, como muitas vezes acontece no Brasil, pela visão dos formuladores de que a população não está preparada para a participação, onde as decisões são tomadas de cima para baixo e imposta às comunidades. Essa imposição, além de não refletir os reais problemas existentes, geram a exclusão social, econômica, política e cultural, pois há a distorções dos verdadeiros interesses, prevalecendo as dos que detêm o poder.

Também é importante frisar que o desenvolvimento do Turismo com visão exclusivamente econômica, pode gerar diversos problemas para a localidade. O Turismo é um fenômeno que infere também no social, político, cultural e ambiental. O ato de privilegiar apenas um dos fenômenos do Turismo pode causar problemas para a implementação e desenvolvimento de um Turismo responsável e sustentável, pelo detrimento das outras facetas

que ficam em segundo plano e assim, podendo gerar os inúmeros problemas que cada um tem, se a atividade não for orientada observando a articulação e integração com as demais facetas.

A implementação do Turismo sem o devido planejamento com foco na sustentabilidade, sem a participação social e a sensibilização da comunidade receptora sobre o turismo. Sem a cooperação e integração de todos os seguimentos envolvidos com a atividade, tanto nas esferas públicas e privadas. Com a centralização das decisões com um único ator (poder público). Pela falta de pessoas capacitadas e a descontinuidade de ações, programas e diretrizes a cada mudança de gerência (eleitoral e empresarial), a falta de investimentos públicos ou privados, o mau aproveitamento das potencialidades de cada local pelo planejamento ruim ou falta deste, são alguns dos principais fatores de fracasso na implementação e gestão do Turismo.

3. METODOLOGIA.

O estudo de caso a seguir abordará a gestão pública do Turismo no município de Itai (SP). Será realizado um diagnóstico descritivo para conhecer como está sendo realizado o desenvolvimento da atividade turística por parte das ações da administração pública local.

Num primeiro momento será feita a tipificação do município com levantamento de dados geográficos/naturais, econômicos, culturais e também, sobre a administração pública, como a estrutura do órgão público responsável pelo Turismo e do conselho municipal, além dos gastos realizados com a pasta e com outras áreas relacionadas.

Após esse levantamento serão descritas quais as ações já desenvolvidas e em desenvolvimento para implementação e gestão de ações públicas relacionadas à atividade turística no município.

Por fim, é feita a análise dos dados levantados e sugerido ações para a melhoria da gestão pública municipal e com isso responder aos objetivos deste trabalho.

Na coleta de dados foram consultados documentos públicos internos da prefeitura e externos de outros órgãos governamentais, leis, decretos, notícias, fotografias, planilhas contábeis, por meio de documentos físicos e digitais (internet). Também foi aplicada uma entrevista como o responsável pela pasta de Turismo da prefeitura através de perguntas semiestruturadas com um pré-roteiro definido e perguntas abertas.

Para o levantamento dos pontos turísticos contidos neste trabalho foi utilizado à técnica de observação assistemática, ou seja, seguindo os objetivos da pesquisa que é identificar a situação atual dos pontos turísticos existentes.

O método de abordar o problema foi o da pesquisa qualitativa. Analisaram-se os conteúdos dos materiais levantados para chegar aos resultados.

4. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.

Neste capítulo será feita a tipificação do município de Itaí (SP), descrevendo os principais aspectos relacionados à atividade turística, as ações desempenhadas pelo poder público para o desenvolvimento do Turismo local e identificando os problemas existentes.

4.1 Itaí - Tipificação.

4.1.1 Aspectos Geográficos e Ambientais.

O município de Itaí (SP) acha-se situado no sudoeste do Estado de São Paulo, fazendo parte da mesorregião de Bauru (SP) e nela, na microrregião de Avaré (SP). No quesito das regiões administrativas e de governo, faz parte da região administrativa de Sorocaba (SP) e na região de governo de Avaré (SP). As coordenadas geográficas da sede municipal são: 23° 24' 02" de latitude sul e 49° 05' 30" de longitude oeste. Tem ao todo 10 (dez) municípios limítrofes constituídos ao norte por Arandu, Avaré, Cerqueira César e Piraju. Ao sul com Itaberá e Itapeva. Ao leste com Paranapanema e a oeste com Coronel Macedo, Tejupá e Taquirituba. Os acessos principais ao município são as rodovias estaduais João Mellão (SP 255) e Raposo Tavares (SP 270).



Figura 5 - Mapa dos municípios limítrofes de Itaí (SP).

Fonte: Wikipédia, (2012).

De acordo com o último Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2010) o município tinha a população de 24.008 hab., desse montante, 12.761 são homens e 11.247 mulheres. Com área territorial de 1.111,182 Km² e densidade demográfica de 21,61 hab/km². O clima predominante é o subtropical (Cfa), com verão quente, onde as temperaturas são superiores a 22°C no verão e com mais de 30 mm de chuva no mês mais seco. O relevo tem um aspecto de topografia levemente ondulada, com altitude média de 654 metros acima do nível do mar. O ponto mais alto do município é o Morro Branco com altitude de 749 metros. O bioma predominante é o cerrado e pedaços de mata atlântica. Distante 310 km da capital São Paulo - SP e 305 km da capital paranaense Curitiba (PR).

O município faz divisa com as instâncias turísticas de Avaré (SP), Paranapanema (SP) e Piraju (SP), e integra a Região Turística do Verde Sudoeste Paulista, que segundo Conselho Gestor da região turística é composto por 31 municípios do Estado de São Paulo, divididos em 03 (três) núcleos específicos de acordo com o potencial de cada região, que são: Núcleo dos Cânions, Núcleo dos Parques e Núcleo das Águas, sendo neste último núcleo que Itai faz parte.

Abastecido por 09 (nove) bacias hidrográficas sendo elas o Rio Taquari, Rio das Posses, Ribeirão dos Carrapatos (que corta o município e a cidade), Ribeirão do Caçador, Ribeirão do Lageadinho (corta todo o perímetro urbano), Ribeirão da Restinga Grossa, Ribeirão do Laranjal, Ribeirão Corrente e o Rio Paranapanema.

O Rio Paranapanema é sem dúvida o principal recurso natural que o município dispõe como recurso turístico. O município se localiza bem no percurso do rio onde foi construída uma barragem e que criou um enorme represamento conhecido como Represa de Jurumirim. Ao todo, 10 (dez) municípios são banhados pelo represamento. Com cerca de 100 km de comprimento e em certos trechos com mais de 03 km (três) de largura e um reservatório de 449 km² de extensão com volume de água 04 (quatro) vezes maior que a Baía de Guanabara no Rio de Janeiro. (WIKIPÉDIA, 2012).

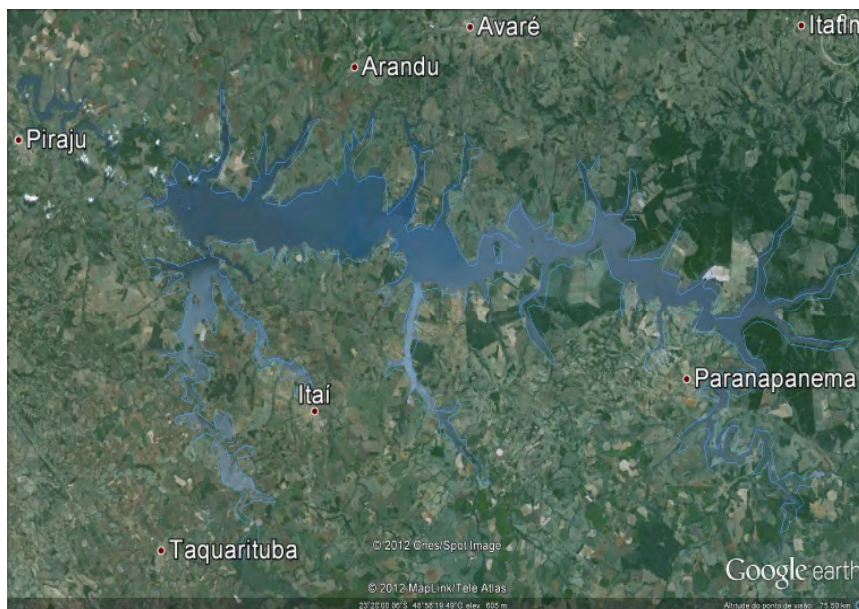


Figura 6 - Toda a extensão da Represa de Jurumirim.

Fonte: Google Earth, (2012).

Quase metade do território de Itaipava (SP) é banhada pela Represa de Jurumirim proporcionando inúmeras praias. Os principais pontos turísticos da represa no município são a Prainha, a Praia das Vacas, a Praia do Barleta e inúmeros outros pontos totalmente inexplorados.

A Prainha e a Praia das Vacas localizam-se na área definida pelo Plano Diretor de Itaipava como Zona Especial de Interesse Turístico da Macrozona do Núcleo da Represa. Distante cerca de 20 km da cidade, a primeira tem alto índice de construções residenciais e alguma infraestrutura básica. Já na Praia das Vacas não há infraestrutura de acesso, saneamento, sinalização e segurança, porém, é muito frequentada por pessoas de toda a região.



Figura 7 - Imagem de satélite do Núcleo Prainha, Itaipava (SP).

Fonte: Google Earth, (2012).



Figura 8 - Foto aérea de parte da Prainha de Itai (SP).

Fonte: Prefeitura Municipal de Itai (SP), 2012.

Na Figura 7 é possível observar a extensão e localização da Prainha na imagem de satélite, o local está marcado em vermelho. Na Figura 8 é apresentada uma fotografia aérea de parte da Prainha com os condomínios residenciais.



Figura 9 - Foto da Prainha no município de Itai (SP).

Fonte: José Reynaldo Fonseca via Skyscrapercity, (2008).



Figura 10 - Foto da Prainha com banhistas.

Fonte: Jornal A Bigorna, (2011).

A Figura 9 apresenta parte da orla da Prainha e a Figura 10 mostra a praia com banhistas. Esse atrativo é o principal recurso turístico que Itai dispõe. Nesse local já existe uma infraestrutura com inúmeros condomínios residenciais de veraneio e alguns comércios. O problema encontrado é que não há acesso público a veículos motorizados a orla da praia e nem infraestrutura de saneamento público (banheiros e lavabos), segurança aos banhistas e sinalizações no local.

A Praia das Vacas localiza-se próximo a Prainha. O local ainda se encontra sem nenhuma infraestrutura e o acesso ao local é precário, mas é muito conhecida e frequentada na região. É uma praia limpa, deserta e com grande remanescente de mata nativa próxima a orla.



Figura 11 - Imagem de Satélite do Núcleo da Praia das Vacas, Itai (SP).

Fonte: Google Earth, (2012).



Figura 12 - Foto da Praia das Vacas, Itaip (SP).
Fonte: O autor, (2012).

A Figura 11 apresenta a localização da Praia das Vacas e sua extensão territorial. Na Figura 12 é possível observar parte da praia.

Outro ponto com enorme potencial de se tornar em atrativo turístico estruturado é a Praia do Barleta. Localizada na Zona Especial de Interesse Turístico da Macrozona Central do município, conforme definido no Plano Diretor, próximo ao perímetro urbano da cidade. O local ainda está totalmente inexplorado no quesito infraestrutura básica de acesso, saneamento, segurança e turística, porém, é muito frequentado pela população local, por se encontrar bem próximo da cidade.



Figura 13 - Imagem de satélite da Praia do Bartela, Itaip (SP).
Fonte: Google Earth, (2012).



Figura 14 - Foto aérea dos condomínios e de parte da Praia do Barleta.
 Fonte: Terras de Santa Cristina, (2011).

A Figura 13 apresenta uma imagem de satélite da localização da Praia do Barleta em relação à cidade e a sua extensão territorial. A Figura 14 apresenta uma foto aérea do empreendimento imobiliário de Terras de Santa Cristina e ao fundo a Praia do Barleta.

No município também existe um Parque Ecológico Municipal que se localiza junto ao perímetro urbano, fazendo dele um parque natural urbano. Criado pela Lei nº. 1.146 de 08 de março de 2000, o parque abrange uma área de 6.087 hectares. Conta com um remanescente de mata nativa preservada, um lago e uma nascente d'água que abastece parte da cidade.

Apesar de já se passarem mais de 12 anos desde sua criação, ainda não foram investidos recursos na estruturação de equipamentos de lazer, trilhas, infraestrutura básica e segurança, nem em recuperação, preservação e conservação do parque, que se encontra em estado bruto.



Figura 15 - Imagem satélite da localização do Parque Ecológico Municipal de Itaipó (SP).
 Fonte: Google Earth, (2012).

Na Figura 15 é possível observar a localização do Parque Ecológico em relação ao perímetro urbano da cidade e também toda extensão de sua área.

Além desses recursos, existem outros locais desconhecidos junto à represa que requer um levantamento detalhado da viabilidade de se transformar em atrativo turístico.

4.1.2 Aspectos Econômicos

De acordo com o IBGE o município de Itaí registrou em 2009 o valor total do PIB de R\$ 343,31 milhões e PIB Per Capita de R\$ 14.249,36. O setor agropecuário registrou o montante de R\$ 62,68 milhões, a indústria o valor de R\$ 56,17 milhões, serviços R\$ 195,58 milhões e administração pública R\$ 47,02 milhões.

Sua economia é baseada na agricultura e pecuária, seguida pelo setor de serviços e comércio. O setor agropecuário mesmo não sendo a que mais gera renda em relação ao PIB, é a que puxa a quantidade de criação de empregos no município.

Segundo dados da SEADE o município tinha em 2010 os seguintes valores em relação à quantidade de empregos formais por setor de economia, a porcentagem de cada um e o total da renda média, conforme a Tabela 1:

Tabela 1 - Empregos Formais por Setor e Renda Média em Itaí (SP) no ano de 2010.

| Setor | Qtde. Empregos Formais | Participação em % | Renda Média |
|---|------------------------|-------------------|--------------|
| Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura. | 2.081 | 39 | R\$ 1.198,36 |
| Indústria | 1.348 | 25,3 | R\$ 1.599,82 |
| Serviços | 1.311 | 24,6 | R\$ 1.157,04 |
| Comércio Atacadista e Varejista | 556 | 10,4 | R\$ 954,87 |
| Construção | 40 | 0,7 | - |
| Total de Empregos Formais - 5.336 / Rendimento médio total de empregos formais R\$ 1.260,03. | | | |

Fonte: SEADE - Informações dos Municípios Paulistas – IMP, (2010).

A Tabela 1 apresenta o setor mais gerador empregos no município é o Agropecuário e o de melhor rendimento é o setor industrial. O setor de serviços integrante da atividade turística fica em terceiro lugar tanto na geração de emprego, como no valor da renda.

No setor agrícola, as principais culturas de produção no município são a cana-de-açúcar, o milho, o feijão, seguido da soja e batata, conforme a Tabela 2:

Tabela 2 - Produção Agrícola em Itai (SP) no ano de 2011 em quantidade produzida e área plantada.

| Cultura | Qtde. Produzida | Área Plantada |
|------------------|---------------------|-----------------|
| Cana-de-açúcar | 1.320.000 toneladas | 16.500 hectares |
| Milho (em grão) | 45.600 toneladas | 8.500 hectares |
| Feijão (em grão) | 15.900 toneladas | 7.000 hectares |
| Soja (em grão) | 13.500 toneladas | 4.500 hectares |
| Batata - inglesa | 42.500 toneladas | 2.000 hectares |

Fonte: IBGE, (2012).

Esse panorama reflete nos estabelecimentos econômicos relacionados a cada cultura agrícola, como a existência de 02 (duas) usinas de produção de álcool (Usinas Londra e Iracema), 01 (uma) indústria de processamento de sementes de milho (Monsanto), diversas empresas de corretagem de feijão e batata e secadores, etc.

Na Tabela 3 é possível observar quais os dados que representam o setor da pecuária Itaiense.

Tabela 3 - Produção Pecuária em Itai (SP) no ano de 2011 em espécies de animais e quantidade.

| Animal | Quantidade/rebanhos |
|----------------------------------|---------------------|
| Bovino | 32.328 cabeças |
| Suínos | 5.191 cabeças |
| Equinos | 910 cabeças |
| Galos, frangas, frangos e pintos | 65.683 cabeças |

Fonte: IBGE, (2012).

O setor público registrou nos anos de 2009, 2010 e 2011 segundo dados do TCE – SP (2011), os seguintes valores de receitas e despesas:

Tabela 4 - Receitas e despesas da Administração Pública de Itai (SP) nos anos de 2009, 2010 e 2011.

| Ano | Receita | Despesa | Resultado Orçamentário |
|-------------|---------------------------------------|---|---|
| 2011 | Receita Arrecadada: R\$ 59.473.166,44 | Despesa Fixada Final: R\$ 57.240.142,26 | Resultado Orçamentário: Superávit R\$ 2.233.024,18 (3,76 %) |
| 2010 | Receita Arrecadada: R\$ 52.946.858,58 | Despesa Fixada Final: R\$ 52.191.295,23 | Resultado Orçamentário: Superávit R\$ 755.563,35 (1,4 %) |
| 2009 | Receita Arrecadada: R\$ 40.990.797,39 | Despesa Fixada Final: R\$ 38.877.000,00 | Resultado Orçamentário: Superávit R\$ 2.113.797,39 (5,2 %) |
| | | | Total de sobras no Orçamento: R\$ 5.102.384,92 |

Fonte: SIAPNet – TCE - SP, (2011).

Analisando os dados contidos na Tabela 4, a administração pública do município de Itai (SP) obteve superávit nos últimos 3 (três) anos de exercício, ou seja, dispõe de recursos para mais investimentos em diversas áreas.

O Poder Executivo do município conta com 01 (um) órgão de administração direta, no caso a prefeitura, e nenhum órgão da administração indireta.

Dados do TCE - SP (2011) demonstram que o Poder Executivo tinha em seus quadros de funcionários o total de 839 servidores ativos, sendo 770 em cargos efetivos e 69 em cargos em comissão.

A renda média dos trabalhadores da administração pública segundo dados do RAIS (2012) é de R\$ 1.327,20 para o sexo masculino e R\$ 1.315,05 para o sexo feminino.

Alguns dados sobre o Turismo foram fornecidos pela Coordenadoria Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo e tratam da disponibilidade do setor hoteleiro e de agenciamento turístico no município. Segundo o estudo de inventariação turística realizada em 2010 pela coordenadoria, o município conta com 5 (cinco) estabelecimentos hoteleiros, sendo 2 (dois) hotéis, 1 (uma) hospedaria (localizadas na zona urbana) e 2 (duas) pousadas (localizadas próximo a represa). As quantidades de unidades habitacionais disponíveis somando todos os estabelecimentos compreendem o total de 135 uh. Vale lembrar que essas informações são de 2010 e pode ter havido o aumento ou diminuição desse valor. Já os dados sobre a média da ocupação anual e nas temporadas não foi levantado na pesquisa. O município também conta com 1 (uma) agência de turismo emissiva e nenhuma receptiva, ou seja, não há uma empresa que organiza e comercializa roteiros e pacotes turísticos da localidade.

A quantidade de empregos relacionados ao turismo e a média salarial do setor não foram mensuradas por uma pesquisa específica. Há a possibilidade de prever o valor da média salarial, pois é típico o setor turístico a geração de empregos na área de serviço e comércio, logo, consultando a Tabela 1 consta as médias salariais na localidade nesses setores. Já a quantidade de empregos diretos com o turismo não há disponível nenhuma informação.

4.1.3 Aspectos Culturais

O nome Itai vem da língua Tupi-Guarani e seu significado é ITA = Pedra e HI = Rio, ou seja, Itai chama-se Pedra do Rio. O termo Itahi era o antigo nome e foi adaptado com as mudanças das normas ortográficas que foram surgindo no Brasil. O motivo do nome dá-se pelo fato de que, a cidade é cortada pelo córrego do Lageadinho que em toda a sua extensão é composto por lajes de pedra, e que por isso, batizou-se esse nome ao município.

Além do nome, o povo indígena deixou também inúmeros sítios arqueológicos espalhados pelo território municipal com as mais diversas variedades de artefatos e uma rica história de seu povoamento. Grande parte das relíquias é encontrada junto ao museu municipal da cidade.

O museu é outra referência cultural, que tem por nome, Museu da Memória Histórica de Itai “Professor Elcio Luiz Melo” e retrata parte da história da cidade através de fotos, objetos pessoais dos primeiros habitantes, urnas fúnebre indígena, ossadas, pedras polidas e fósseis calcificados. Mantido pela prefeitura, sua visitação é gratuita. No mesmo espaço também se encontram a Biblioteca Municipal e o Infocentro Municipal, proporcionando um local de aprendizado e conhecimento das peculiaridades do município, disponível para todos os habitantes locais e aos turistas.

Outro ponto cultural é o Recinto de Festas Mauro Roberto de Moraes. O local é um espaço adaptado para a realização de eventos como provas do laço e rodeios, outras atrações culturais típicas de Itai. O espaço é público, mantido pela prefeitura e disponibiliza uma estrutura que conta com arena de rodeio, arquibancadas, galpão de shows com palcos e toda a infraestrutura básica de saneamento e segurança.

O município faz parte da Rota do Tropeirismo Brasileiro que deixou sua marca na história e cultura. Por isso, em 2005, foi aprovada uma lei autorizando o poder público a participar do Consórcio Intermunicipal de Circuitos dos Tropeiros.

Com relação aos eventos, Itai (SP) conta com um diversificado calendário de festas onde se destacam o Carnaval, a Prova do Laço (realizada entre os meses de Abril e Maio), a Festa de Santo Antônio (realizada nos 13 primeiros dias do mês de Junho, é uma manifestação popular em reverência ao padroeiro do município com barracas, comidas e shows), também é organizada a festa do Peão Boiadeiro (realizada no mês de Agosto).

Entre os eventos religiosos (Igreja Católica), destacam-se a Páscoa, Corpus Christi e também a Encenação da Paixão de Cristo na Sexta-Feira Santa, um dos maiores eventos do município.

4.1.4 Aspectos Administrativos.

4.1.4.1 Órgão Oficial de Turismo.

O município de Itaí (SP) conta atualmente com a Coordenadoria Municipal de Esporte Lazer, Turismo e Cultura.

Em 1997 foi definido que o órgão oficial de Turismo era o Departamento de Comunicação e Turismo, segundo a lei municipal nº 1.028/97 que reorganizou a estrutura administrativa da prefeitura naquela época. Em 2008, segundo a lei municipal nº 1.461/08 passou a contar com uma Coordenadoria de Lazer e Turismo, com responsabilidade de um Coordenador de Lazer e Turismo. A partir de 2009, foi alterado para o atual formato, ou seja, juntou-se com as áreas de Esporte, Lazer e Cultura, porém sem a aprovação de uma lei especificando essa nova composição.

O órgão é composto com a seguinte estrutura organizacional de acordo com Coordenadoria Municipal de Esporte Lazer, Turismo e Cultura (2012):

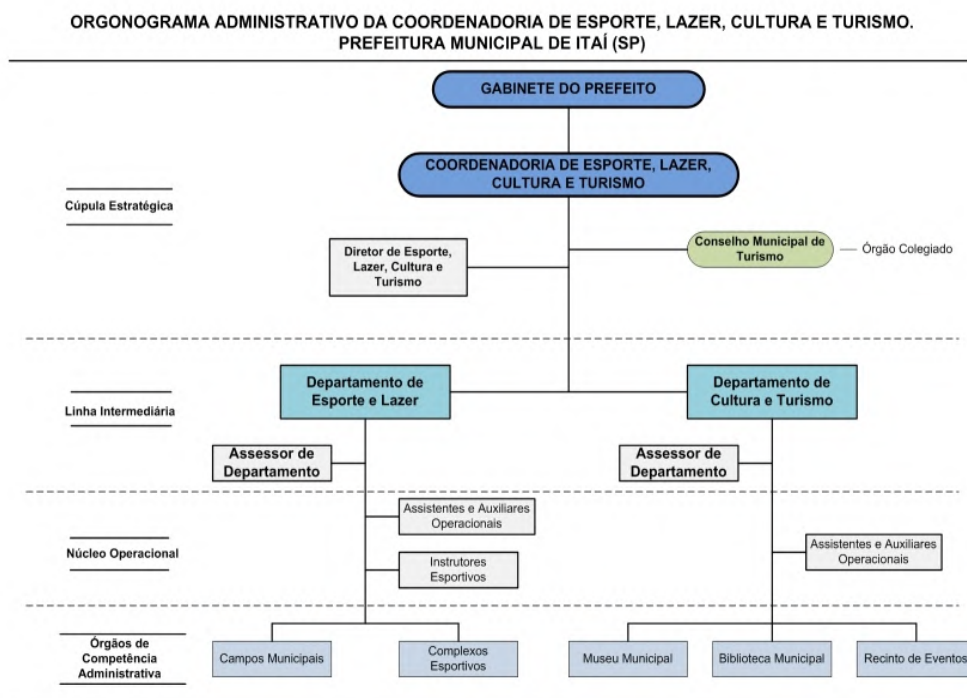


Figura 16 - Organograma Administrativo da Coordenadoria de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo.
Fonte: O autor, (2012).

Na cúpula estratégica tem como responsável pela coordenadoria o cargo de Diretor, que faz a função de um coordenador. A coordenadoria é vinculada ao Gabinete do Prefeito para quem presta contas das ações. Como braço direito da gestão estratégica, na linha intermediária de decisões estão, o Assessor de Departamento responsável pela área de Esporte e Lazer e o Assessor de Departamento responsável pela área de Cultura e Turismo, ambos com formações técnicas das áreas. São esses os profissionais que dão andamento aos trabalhos e fazem a gestão das respectivas áreas, respondendo ao Diretor suas ações.

No departamento de Cultura e Turismo, sobre a formação dos quadros funcionais ligados ao Turismo, a Coordenadoria não conta com servidores efetivos de carreira em cargos com funções e atribuições específicas para a realização de trabalhos na área. Consultando o Plano de Cargos e Carreira do Executivo Municipal realmente constata que não existe na administração pública nenhum cargo específico ligado ao Turismo.

Conforme se pode observar na Figura 16, a Coordenadoria é dividida por dois departamentos, um específico de Esporte e Lazer e outro de Cultura e Turismo.

A Coordenadoria tem competência de administrar os órgãos municipais da área de Esporte e Lazer que são os campos de futebol e os complexos esportivos. Já a área de Cultura e Turismo é a responsável por administrar a Biblioteca, o Museu e o Recinto de Festas.

Segundo o assessor de Cultura e Turismo, na estrutura administrativa, o órgão deveria contar com o auxílio do Conselho Municipal de Turismo, porém, ainda não foi efetivado seus membros, ou seja, não está em funcionamento.

Não houve nenhum repasse de recursos para a área de turismo nos últimos 03 (três) anos. Os recursos destinados foram somente para a realização de eventos e manutenção do órgão, que são repassados como gastos da Cultura.

A Coordenadoria não tem sede própria, o assessor de Esporte e Lazer atende junto complexo esportivo principal da cidade e o assessor de Cultura e Turismo atende junto ao museu.

4.1.4.2 Conselho Municipal de Turismo.

O município conta com o Conselho Municipal de Turismo criado pela Lei n.º 1.365 de 14 de março de 2005. Na lei não é discriminado se o conselho é um órgão consultivo, deliberativo, normativo ou fiscalizador. Simplesmente constam as competências do órgão, conforme consta no artigo 2º da lei e que são:

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Turismo:

I - Propor à Administração Municipal projetos e ações ligados ao desenvolvimento do turismo local, por meio de planos que favoreçam a atividade e fortaleçam o Plano de Turismo do Município.

II - Sugerir normas e procedimentos à gestão do Turismo no Município, trabalhando também no sentido de facilitar as atividades de Turismo, propondo atos e resoluções para tal fim.

III - Atuar na formação da estratégia, no controle e na execução da política Municipal de Turismo e Lazer.

IV - Articular-se com Órgãos Estaduais, Federais e Municipais, oficiais e privados, visando ações integradas que fortaleçam o turismo, via convênios, acordos ou contratos similares.

V - Programar e executar debates sobre temas de interesse turístico.

VI - Promover e divulgar as atividades ligadas ao Turismo e apoiar a Prefeitura na realização de feiras, seminários e eventos de relevância.

VII - Criar e nomear subcomissões e/ou avaliar especialistas para ações pontuais e específicas; e,

VIII - Detectar oportunidades e problemas, sugerindo ações correspondentes. (LEI MUNICIPAL Nº 1.365 DE 14 DE MARÇO DE 2005).

Sobre a composição de membros do conselho, o órgão deverá ser composto por Presidente e Vice-Presidente; 01 (um) Tesoureiro; 01 (um) Secretário, três Conselheiros e 03 (três) suplentes.

Os setores da sociedade que terão representação no conselho serão compostos por 01 (um) representante da Associação Comercial; 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; 02 (dois) representantes do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA); 03 (três) representantes do Legislativo Municipal e 01 (um) representante do Sindicato Patronal Rural.

O conselho ainda não foi efetivamente implementado, pois não foi emitido um decreto de nomeação dos membros. Senso assim, não há a existência de um regimento interno e nenhuma ação referente à cooperação no desenvolvimento e gestão da atividade turística.

4.1.4.3 Gastos com o Turismo e Áreas Relacionadas.

Levantamentos dos dados oficiais da Prefeitura Municipal de Itaí revelaram que nos últimos 03 (três) anos (2009, 2010, 2011) os gastos com a área do Turismo e outras áreas que inferem na atividade foram as seguintes:

Tabela 5 - Gastos com a pasta de turismo e áreas relacionadas nos anos de 2009, 2010 e 2011 em Itaí (SP).

| Função / Ano | 2009 | 2010 | 2011 |
|---|------------------|--------------------------------|------------------|
| | | <u>Cultura</u> | |
| Cultura – Difusão Cultural | R\$ 730.475,58 | R\$ 367.324,83 | R\$ 707.929,46 |
| Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico. | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| | | <u>Turismo</u> | |
| Turismo | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| | | <u>Transportes</u> | |
| Transporte Rodoviário | R\$1.383.20,31 | R\$ 1.978.816,09 | R\$ 1.633.042,47 |
| | | <u>Gestão Ambiental</u> | |
| Preservação e Conservação Ambiental | R\$ 0,00 | R\$ 116.651,15 | R\$ 2.776.863,44 |
| | | <u>Urbanismo</u> | |
| Infraestrutura Urbana | R\$ 46.014,33 | R\$ 131.115,20 | R\$ 446.488,04 |
| Serviços Urbanos | R\$ 2.569.391,51 | R\$ 5.278.942,97 | R\$ 5.456.654,33 |
| Transportes Coletivos Urbanos | R\$ 0,00 | R\$ 61.193,97 | R\$ 61.137,12 |
| | | <u>Desporto e Lazer</u> | |
| Desporto Comunitário | R\$ 0,00 | R\$ 549.051,50 | R\$ 523.284,75 |
| Lazer | R\$ 439.608,25 | R\$ 0,00 | R\$ 26.008,68 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Itaí – SP, elaborado pelo autor, (2012).

Conforme a Tabela 05 a área de Turismo não recebeu nenhum recurso da administração pública nos últimos 03 (três) anos. Outra área importante e que está interligada com a atividade turística é a de Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, que também não recebeu nenhum investimento.

4.2 Ações de implementação de políticas públicas de Turismo em Itaí (SP).

Algumas informações sobre as ações realizadas pela pasta de Turismo, principalmente a respeito das ações destinadas ao planejamento da atividade, da composição da estrutura organizacional da coordenadoria e ações de promoção turística do município, não foram encontradas mediante registros documentados pela coordenadoria ou por notícias divulgadas por órgãos de imprensa da localidade e em outros setores da prefeitura. Então, para obter tais informações, foi aplicada uma entrevista semiestruturada (ver modelo das perguntas em apêndices) com o Assessor de Departamento de Cultura e Turismo da coordenadoria municipal, onde foi possível realizar os questionamentos pertinentes e levantar informações importantes que tratam da atuação do órgão na gestão do turismo local.

Aqui será relatado brevemente o perfil do entrevistado:

O assessor é formado em Turismo desde 2006. Teve vivência profissional com o setor hoteleiro e na organização de eventos. Em 2009 assumiu como assessor de departamento a responsabilidade pela gestão das áreas de Turismo e Cultura da Coordenadoria Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo do município, sendo atribuída ao seu cargo uma função de liderança dentro do órgão. É a primeira vez que atua no setor público na função de liderança na área do turismo.

4.2.1 Ações de Planejamento.

Em consulta ao assessor responsável pelo Departamento de Cultura e Turismo sobre as ações de planejamento do desenvolvimento do Turismo no município, foram reveladas as seguintes informações.

Foi realizada em 2010 uma breve inventariação turística do município, no qual foram levantados dados sobre os estabelecimentos comerciais (quantidade e tipos), os serviços básicos de saúde (postos de saúde, hospitais, farmácias, etc.) e os serviços de apoio ao turismo (postos de combustíveis, borracharias, instituições bancárias, segurança, etc.).

Questionado se houve o mesmo levantamento sobre os atrativos turísticos reais e potenciais com objetivo de conhecer sua estrutura atual, caracterizá-los, ver a parte jurídica da terra, proprietários, meios de acessos, etc., gerando dados para futuras adequações e se foram realizados algum planejamento para a melhoria dos locais e elaboração de roteiros, afirmou o assessor que, foram feitas apenas uma descrição pouco detalhada dos mesmos, com a identificação dos pontos, distância, meios de acesso e o tipo de turismo que pode ser desenvolvido e breve relato da infraestrutura de cada um. Nos principais atrativos foi verificada a legalidade da propriedade, quem são os proprietários (público ou particulares), se estão regularizadas ou há pendências jurídicas, dentre outras. Por fim, revelou que só foram levantadas as informações, porém, não foi dado andamento nos estudos. Sobre o principal ponto turístico do município que é a Prainha foi constatado que uma grande área do local está em litígio jurídico entre a prefeitura e um agente privado que estão disputando na justiça a propriedade da terra e esse processo corre há vários anos. Por isso, umas das intenções da coordenadoria que é implementar um camping público no local, ficou sem a possibilidade de se efetivar enquanto não for resolvida essa pendência. Já sobre a Praia das Vacas, a coordenadoria identificou que boa parte da área é de propriedade particular e que o proprietário tem interesse em desenvolver o local para o turismo. Só não desenvolveu algum projeto para estruturar as vias de acesso, sinalizações, infraestrutura de energia e saneamento, etc., porque não foram destinados recursos para isso.

Sobre a segmentação de mercado da atividade turística no município, a coordenadoria decidiu trabalhar com o segmento de Turismo Sol e Praia e do Turismo Rural.

Também foi questionado se a coordenadoria tinha ciência da obrigatoriedade de se elaborar um Programa de Desenvolvimento de Turismo Receptivo, conforme exige o Plano Diretor de Itai (SP), e caso afirmativo, se algum estudo foi iniciado ou algo já foi realizado. A este questionamento informou o assessor que estava ciente da necessidade de criar o

programa, mas que até o momento, não houve nenhuma iniciativa por parte do órgão em começar a elaboração do estudo e nem prazos. Justificou que não há aval superior para o início pela falta de recursos e um corpo funcional capacitado para realizar tal projeto.

Sobre a participação da sociedade mediante o Conselho Municipal de Turismo nas ações de planejamento, informou que o conselho não está em funcionamento porque ainda não foram nomeados seus membros e que por isso, as ações tomadas são feitas por orientação do Gabinete do Prefeito e que, até o momento não houve a participação social na definição das estratégias.

Em relação à obtenção de recursos mediante convênios com instâncias governamentais superiores (Governo do Estado e Governo Federal) para investimentos no Turismo, disse que nenhum recurso específico para a área foi pleiteado desde quando assumiu em 2009, pois não foram elaborados os projetos exigidos pela burocracia dos respectivos órgãos.

Consultando os sites que disponibilizam as informações sobre os repasses de recursos de convênios do Governo Federal (Portal da Transparência) e Estadual (Secretaria da Fazenda – Transferências Voluntárias), foi possível constatar que realmente não houve nenhuma transferência de fundos para a área do Turismo ao município de Itai (SP).

Também foi questionado se o departamento tem conhecimento das políticas públicas atuais do setor turístico que o Ministério do Turismo disponibiliza para orientações de como implementar e desenvolver a atividade turística nos municípios, como o Programa de Regionalização do Turismo, que articula o Turismo em nível regional, e se houve um contato com os representantes do Ministério do Turismo responsáveis pelo programa, para obtenção de parcerias no planejamento, a coordenadoria informou que tem conhecimento desta política pública, porém, nenhuma iniciativa foi tomada.

Perguntado se haveriam outras ações realizadas ou em andamento, a resposta foi que em 2009 foi elaborado o calendário turístico de eventos municipal, no qual discriminou todos os eventos para divulgação. Que todos os anos a coordenadoria organiza os eventos da Prova do Laço, Festa de Peão, Réveillon, Carnaval, Festa de Santo Antônio, diversos eventos esportivos (competições de várias modalidades) e participa em parceria com a Igreja Católica na realização do Corpus Christi. Além disso, foi criada uma marca turística do município. Também disse que a coordenadoria é responsável pela gestão de vários órgãos da prefeitura como a biblioteca, museu, recinto de festas, complexos esportivos, e que a maior parte dos recursos recebidos é destinada a manutenção desses órgãos e a realização dos eventos.

Sobre as expectativas para os próximos anos afirmou que é incerto o andamento dos trabalhos por causa da mudança de governo que se aproxima.

4.2.2 Ações de Legislações e Regulamentações.

As ações sobre Legislações e Regulamentações relacionadas ao Turismo são as que constam no Plano Diretor de Itaip (SP) e na lei nº 1.370/2005.

No que tange ao Plano Diretor, foram definidas no macrozoneamento as áreas turísticas do município para o uso e ocupação do solo, estipulada de Zona Especial de Interesse Turístico.

Segundo o Plano Diretor (2006) foram definidas 02 (duas) zonas turísticas como se pode observar na figura a seguir:

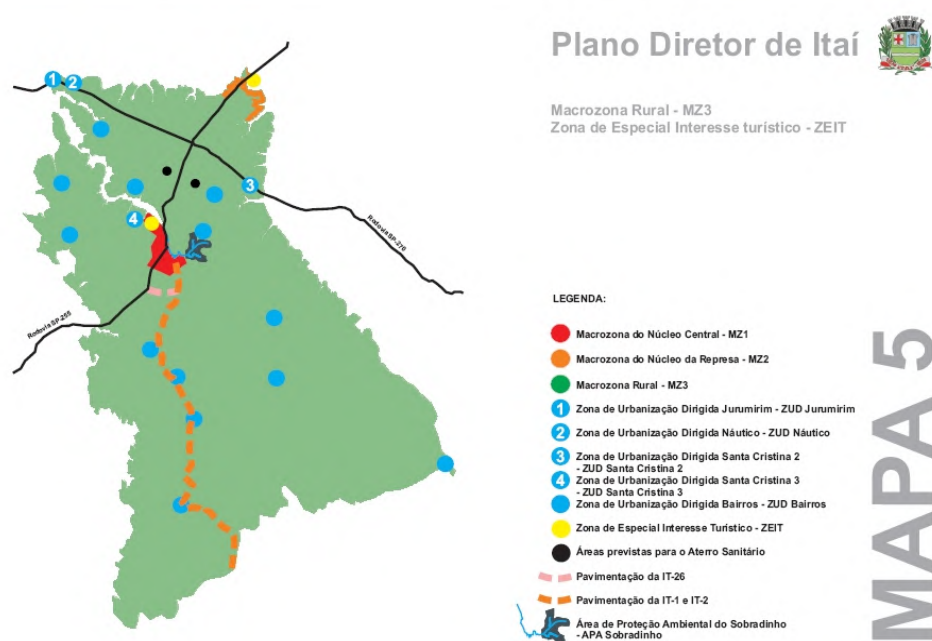


Figura 17 - Mapa das Macrozonas definidas pelo Plano Diretor de Itaip (SP).

Fonte: Plano Diretor de Itaip (SP), (2006).

Na Figura 17 é possível observar as Zonas Especiais de Interesse Turístico, representadas pelo círculo amarelo. A primeira localiza-se na Macrozona do Núcleo da Represa e a segunda na Macrozona do Núcleo Central próximo ao perímetro urbano de Itaip (SP).

Além das definições das áreas turísticas o Plano Diretor traçou também, algumas diretrizes políticas que o município e a administração pública devem seguir em relação ao Turismo.

No capítulo dos objetivos gerais do Plano Diretor, no parágrafo X, ficou definido que o município deve preservar e qualificar o patrimônio histórico / cultural, arquitetônico e

ambiental ecológico. Já no parágrafo XI definiu-se que devem ser implementadas áreas de lazer e parques públicos em áreas ociosas. E no parágrafo XXIII diz que o município deve promover a integração e o desenvolvimento do Turismo, colaborando para a criação de um polo turístico regional.

Na parte da Política Ambiental contida no Plano Diretor, no artigo 14, parágrafo XIX, o plano orienta a implementação do uso e ocupação do Parque Ecológico de Itaí, assegurando a sua preservação e uso.

Outra diretriz sobre o Turismo contida no Plano Diretor é tratada na Política de Desenvolvimento Econômico de Itaí (SP), no artigo 23, parágrafo III, diz que o município deverá elaborar o Plano Diretor de Turismo, pelo Poder Executivo, no prazo de 36 (trinta e seis) meses a partir da promulgação da lei do Plano Diretor e que deverá conter no mínimo:

- Elaboração do Programa de Desenvolvimento de Turismo Receptivo, em parceria com órgãos de apoio ao desenvolvimento da pequena e média empresa;
- Promoção e ampliação da assessoria técnica;
- Mobilização de esforços para a obtenção de linhas de crédito para o setor.

Por fim, outra legislação pertinente ao Turismo é a Lei Municipal nº 1.370 de 25 de abril de 2005. Essa lei autoriza o Poder Executivo Municipal a participar do Consórcio Intermunicipal Circuito dos Tropeiros e também define o valor de crédito especial destinado para atender as despesas com a participação no consórcio.

4.2.3 Ações de Promoção Turística.

A Coordenadoria implantou em 2010 a marca turística do município, na qual elaborou um símbolo e *slogan* que representasse o potencial turístico da localidade, com a finalidade de criar uma identidade e incentivar o desejo de conhecer a região.

Essa marca é uma estratégia de promoção institucional do município, onde não favorece uma instituição ou empresa especificamente, mas todas da localidade.



Figura 18 - Marca Turística do município de Itai – SP.
Fonte: Prefeitura Municipal.

A Figura 18 apresenta a marca turística do município de Itai (SP). Segundo a coordenadoria, o motivo da escolha dessa marca foi porque representa melhor o que Itai (SP) tem a oferecer como recurso turístico, que é a represa de Jurumirim e suas praias.

Além dessa iniciativa, também foram fixadas placas de divulgação da marca em diversos pontos do município, principalmente nas estradas de acesso, próximo às dividas do território.



Figura 19 - Placa de divulgação da Marca Turística do município de Itai (SP).
Fonte: O autor, (2012).

Sobre a existência de outros materiais publicitários (*flyers*, folhetos, cartazes, mapas turísticos, miniguias, site, cartazes, etc.) o assessor de Cultura e Turismo revelou que não foi elaborado nenhum desses materiais por falta de recursos.

Questionado se a coordenadoria participa de eventos institucionais relacionados à promoção turística pela região e capital (feiras, salões, etc.), com a montagem de estande, para dar mais visibilidade à marca e divulgar o município, o mesmo revelou que nenhuma ação desse tipo foi realizada pela falta dos materiais publicitários e dos recursos para o transporte, aquisição e montagem de toda a estrutura do estande.

4.2.4 Ações de Cooperação em Redes Públicas de Governança.

O município de Itaí (SP) é integrante do Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema – AMVAPA, que conta com 17 (dezesete) municípios da região do Alto Paranapanema.

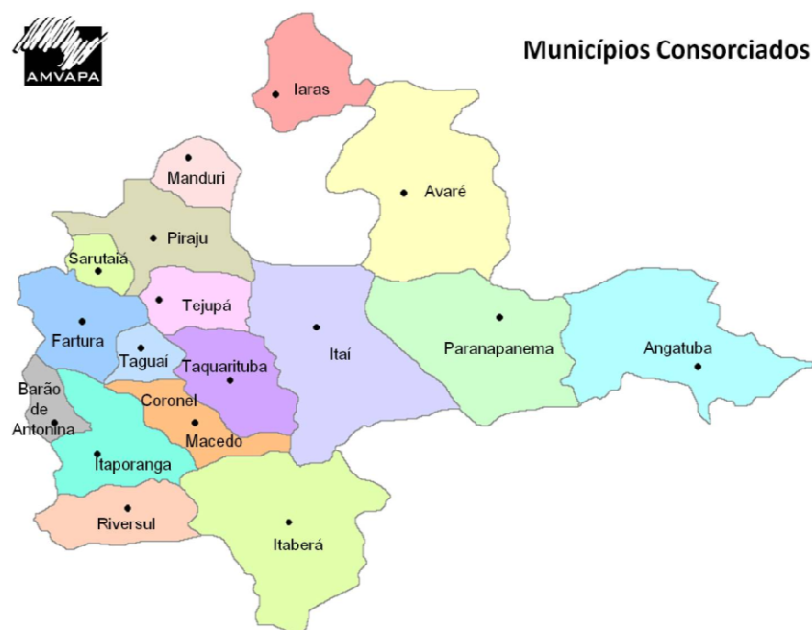


Figura 20 - Municípios Consorciados na AMVAPA.

Fonte: Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema, (2010).

Criado em 1999, o consórcio é uma rede pública de cooperação que atua no campo Estado / Políticas Públicas de formatação pura, ou seja, participam os órgãos públicos de cada município. Tem como objetivo, segundo a AMVAPA (2010):

Promover formas articuladas de planejamento do desenvolvimento da região, criando mecanismos conjuntos para consultas, estudos, ação, fiscalização e controle de atividades que interfiram na qualidade de vida na área compreendida no território dos municípios consorciados. (AMVAPA, 2010, s/n).

Os serviços prestados pelo consórcio vão do fornecimento de serviços as administração públicas, direta e indireta, com assistência técnica, fornecimento de bens, compartilhamento de pessoal, a produção de informações e estudos técnicos, a cooperação e o intercâmbio de conhecimento na gestão e planejamento, a realização de palestras e cursos aos consorciados, dentre outras. Atua nos campos da saúde, educação, assistência social, agricultura familiar, meio ambiente e turismo.

Em 2010, o consórcio realizou uma reunião com os representantes de alguns municípios com aptidão ao Turismo para fomentarem iniciativas de gerar um atendimento regional aos turistas que visitam o Alto Paranapanema. Consultando o assessor de Cultura e Turismo para saber se o município havia participado da reunião, o mesmo afirmou que não tinha conhecimento de tal iniciativa. Perguntado ainda se havia alguma outra parceria em ações sobre o turismo junto ao consórcio a resposta foi negativa.

A Prefeitura Municipal de Itai (SP) repassa mensalmente segundo o TCE-SP (2012) R\$ 1.637,89 que é o valor da mensalidade para participar do consórcio.

Em nível local não há iniciativas de redes de cooperação relacionadas ao Turismo.

4.3 Análise e sugestões.

A análise dos dados obtidos sobre a gestão pública do Turismo em Itai (SP) constata que poucas foram às ações destinadas à implementação e desenvolvimento da atividade turística no município e as que existem, são desarticuladas e sem participação.

É possível perceber que a administração pública local não está desempenhando seu papel de delimitador dos rumos e orientador das estratégias de transformar o Turismo em uma atividade profissional, ordenada e que traga os benefícios para toda a comunidade.

Há inúmeros problemas encontrados na gestão pública do Turismo local que serão discriminados a seguir, assim como, propondo melhorias.

O primeiro deles trata-se da composição da estrutura organizacional do órgão público responsável pelo Turismo. O atual formato da coordenadoria apresenta uma estrutura muito concentrada de áreas sob a responsabilidade de um único dirigente. Observando a Figura 16, constata-se que as áreas de Cultura e Turismo estão interligadas em um único departamento com um responsável para ambas, o que dificulta a gestão da pasta. Além disso, não há subdepartamentos ou divisões de áreas específicas de atuação, o que beneficiaria o andamento dos trabalhos. Também, não há na composição dos quadros funcionais servidores efetivos de carreira com formação específica no Turismo, em cargos com funções e atribuições para realização trabalhos aplicados ao desenvolvimento da atividade turística.

Outro ponto desfavorável é que o responsável pela coordenadoria tem o cargo de diretor e os responsáveis pelos departamentos são os assessores. A coordenadoria tem que ter como responsável um coordenador e aos departamentos um diretor. Assessores têm por si só como função apoiar à organização fora do seu fluxo trabalho operacional, auxiliando os dirigentes com análises, orientações, recomendações, acompanhamentos, etc., das ações realizadas e a realizar.

Além disso, o atual formato da coordenadoria não conta com uma lei de ordenamento e efetivação de sua estrutura administrativa organizacional, fazendo com que seja suscetível a cada mudança de governo. Isso dificulta a continuidade administrativa do órgão.

O exemplo do caso de sucesso de Triunfo (PE), que garantiu a estrutura organizacional da Secretaria de Cultura e Turismo mediante lei e que por isso, dificulta quaisquer alterações na constituição do órgão a cada mudança de governo, beneficiando a continuidade administrativa das ações da pasta, é algo que pode ser seguido pela administração pública de Itai (SP).

Sobre o primeiro ponto levantado, da concentração de áreas com um responsável, a sugestão é que haja a divisão da coordenadoria, desligando da área de esporte e lazer, vinculando somente cultura e turismo, ou seja, criando uma Coordenadoria de Cultura e Turismo aprovada por lei, como responsável geral um coordenador e dois diretores, um para a área da Cultura e outro para o Turismo. Após, departamentalizar a área do Turismo, criando divisões com competências exclusivas com no mínimo uma divisão de planejamento e desenvolvimento; divisão de promoção, divulgação e eventos; divisão de infraestrutura turística, seguindo o exemplo de Triunfo (PE). Após isso, definir um local para a sede e criar cargos efetivos e comissionados com formação específica para cada divisão, a ser discriminado também na mesma lei de estruturação do órgão.

Para a realização dessas sugestões, é preciso saber a viabilidade dos recursos disponíveis e vontade política dos líderes tanto do executivo, como do legislativo, para criar e aprovar a lei e de destinar os recursos para a área.

Esses pontos (recursos e vontade política) são outros problemas encontrados na gestão pública do Turismo em Itai (SP). Nos últimos três anos, conforme a Tabela 5, a área do Turismo não recebeu nenhum repasse de fundos do executivo, o que dificulta a compreensão de como é realizado os trabalhos para desenvolver a atividade turística no município. Isso revela a pouca importância do turismo para o governo atual, primeiro, por criar uma estrutura do órgão concentrada e pouco produtiva (que pode ser visto nas poucas ações realizadas pelo órgão), e sem os devidos profissionais para realizarem o trabalho. Segundo, por não destinar os recursos para área. E, em terceiro, por não haver a participação da sociedade no desenvolvimento da atividade, mediante o Conselho Municipal de Turismo.

Com o potencial turístico que o município dispõe, a administração pública local precisa investir mais em recursos materiais e humanos, não pode perder a chance de aproveitar os benefícios da atividade para a sua comunidade.

Cabe ressaltar a dificuldade dos municípios em disporem de recursos já tão escassos e necessários em certas áreas prioritárias (educação, saúde, segurança, etc.), para outras não tão necessárias, porém, importante para uma localidade a exemplo do Turismo. Talvez seja isso um dos motivos da ineficiência política de realizar o pleno desenvolvimento de forma responsável e profissional do Turismo.

Para saber se haveriam recursos sobrando na administração pública que poderiam ser destinados parte para a área do Turismo, levantaram-se os dados da arrecadação e despesas nos últimos três anos do município. Na Tabela 4 contém os valores arrecadados e as despesas finais nos exercícios de 2009, 2010, 2011 e revelaram que a administração pública obteve

superávit nos três anos. Somando os valores que sobraram, o município ficou com o montante de R\$ 5.102.384,92 em caixa. Os dados do exercício de 2012 ainda não foram revelados para uma análise mais precisa. Mesmo assim, esses dados demonstram que há recursos disponíveis e que podem ser destinados para investimentos no Turismo, bastando apenas vontade política dos líderes.

Esse é outro problema que precisa ser superado pela gestão pública local. É preciso conscientizar as lideranças da administração pública da importância que o setor do Turismo traz para o município, no que tange ao aumento da arrecadação, a geração e distribuição de renda e os demais benefícios gerados. Também, é preciso mostrar os malefícios que a atividade sem planejamento ocasiona à localidade, como os impactos negativos diversos, principalmente os ambientais, econômicos e imobiliários. Além disso, demonstrar qual o papel que a gestão pública do Turismo tem como um ator líder, de fomento, fiscalização e controle no desenvolvimento da atividade.

É preciso superar essa ineficiência política. Por isso, a efetivação do Conselho Municipal de Turismo pode ajudar no embate a esse problema.

O Conselho Municipal de Turismo é um órgão muito importante para o desenvolvimento da atividade, pela participação que ele dá à sociedade local, acolhendo suas demandas e interesses, dando pluralidade as ideias, evitando que as ações destinadas ao desenvolvimento do Turismo sejam definidas ao achismo dos dirigentes públicos que hora estão no poder. Com o conselho implementado, há dificuldade de ocorrer à descontinuidade dos trabalhos, pois os planos serão definidos pela coletividade, e as exigências de sua concretização e continuidade, serão maiores. Por isso, requer que seja efetivado com a nomeação dos membros que realmente estejam dispostos a trabalhar e que sejam ligados com a área. É preciso também, no texto da lei de criação do conselho, adicionar um artigo que define o conselho como um órgão deliberativo das ações destinadas ao Turismo. Outra alteração no texto da lei é a que trata dos representantes no conselho, deve-se destinar cadeiras para pessoas e instituições ligadas ao turismo.

O exemplo de Brotas (SP) que tem no Conselho Municipal de Turismo um órgão não só de aconselhamento, mas sim, um órgão que define as estratégias e ações da pasta, realiza pesquisas, arrecada de fundos, ou seja, participa efetivamente na gestão do Turismo. Esse modelo de gestão favorece muito a transparência das ações e a confiabilidade dos atos públicos.

Após a efetivação do conselho, é preciso criar um Fundo Municipal do Turismo, que arrecadará recursos por meio de eventos e contribuições do setor público e privado, tendo o conselho à responsabilidade da gestão desses recursos.

Com a coordenadoria estruturada, tendo um corpo funcional qualificado, recursos específicos e o conselho participando nas definições das estratégias de planejamento, pode-se dar início a elaboração de projetos e programas que visem desenvolver o Turismo no município.

A primeira ação que deve ser realizada é o levantamento de dados e informações sobre o Turismo. A inventariação turística do município de forma completa, seguindo as orientações dadas pelo Ministério do Turismo, registrando ordenadamente, o conjunto dos atrativos, produtos, equipamentos e serviços turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo existentes no município, conhecendo a oferta turística e os principais recursos turísticos potenciais disponíveis, como também, sua atual estrutura, geram boas e necessárias informações que servirão de base para definir programas e projetos.

Também, é necessário conhecer estatisticamente a demanda turística que o município recebe, por meio de pesquisas para obter informações como quantidade de turistas recebidos por período do ano, local de origem, períodos de estadia, hábitos de consumo, meio de transportes usados para chegar ao destino, meios de hospedagem usados, gasto médio, percepções sobre os atrativos, dentre outras.

Ambas as ações contribuem com informações atualizadas que subsidiarão as políticas de atuação e das ações para a elaboração de estratégias de planejamento, melhorias da infraestrutura de apoio e do turismo, promoção do destino, etc., além de mensurar quais são os investimentos necessários para o desenvolvimento da atividade.

Manter o diálogo com as instâncias superiores governamentais, com as redes públicas de cooperação da região e com os municípios turísticos do entorno, para obtenção de parcerias, seguindo exemplos de sucessos, com objetivo de melhorar não só o município, mas toda a região.

Seguir as orientações que o Ministério do Turismo por meio do Programa de Regionalização do Turismo, sobre ações municipais disponibilizadas aos municípios que desejam desenvolver a atividade, que são:

Realização de pesquisa para saber se a população local está sensibilizada para receber o Turismo no local e caso negativo, realizar a sensibilização da importância do setor, ao mesmo tempo, mobilizando-a para a participação no planejamento.

Elaborar e implementar um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, ou como foi definido no Plano Diretor de Itaí (SP), a elaboração do Plano Diretor de Turismo com o Programa de Desenvolvimento de Turismo Receptivo. Após a implementação do plano, realizar o monitoramento e avaliações periódicas do programa.

Na elaboração desse plano deve-se primar para que haja a construção coletiva e integrada das estratégias e futuras ações responsáveis pelo desenvolvimento turístico, com o envolvimento de todos os segmentos sociais. Por meio da implementação do plano, serão criadas condições favoráveis à organização e à integração das ações voltadas ao turismo, o que torna a atividade turística economicamente rentável para a comunidade. O plano deve servir para orientar a forma de atuação em favor do desenvolvimento do turismo, independentemente do grau de evolução em que se encontra o processo de desenvolvimento no local.

Inicialmente é preciso realizar uma análise situacional do município, a partir do levantamento de informações. Após esse levantamento, iniciar a elaboração do plano.

É preciso também prever no plano as legislações pertinentes ao turismo, como uso e ocupação do solo, código tributário, as zonas turísticas (essas já definidas pelo Plano Diretor), etc.

Outro ponto importante que deve estar contido no plano é a Roteirização Turística, com base na potencialidade da região, na oferta e demanda turística, propondo aos diversos atores envolvidos com o turismo orientações para a elaboração de roteiros. Essas orientações vão auxiliar na integração e na organização de atrativos, equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura de apoio ao turismo, resultando na consolidação dos produtos do município.

Com a definição dos roteiros e produtos turísticos da localidade, pode-se passar para as estratégias de promoção e apoio a comercialização. O primeiro passo é definir uma marca que represente a identidade do local, o que já foi realizado no município com o lançamento da marca turística “Itaí Cidade das Águas”. Há vários instrumentos e formas de promoção de produtos turísticos, entre as principais, realizada por promoções institucionais, está à elaboração de materiais publicitários de apoio em mídias impressas e digitais, que auxiliam no processo de comercialização por meio da explicação, do detalhamento e da identidade visual do produto ou serviços, destacam-se os mapas turísticos, folhetos, *folders*, catálogos, cartazes, *banners*, sacolas, bolsas, camisetas, bonés, canetas, sítios na *internet*, entre outros. Outro instrumento é a participação e promoção em feiras e eventos para a divulgação do município.

Por fim, criar e manter um Sistema de Informações Turísticas, um amplo banco de dados atualizado com informações sobre o Turismo no município. Uma ferramenta para o

planejamento e gestão do desenvolvimento da atividade e um mecanismo capaz de democratizar e facilitar o acesso à informação.

Essas são algumas sugestões que a Gestão Pública do Turismo de Itaí (SP) pode realizar para melhorar sua atuação em relação ao desenvolvimento da atividade.

É claro que inúmeras outras ações não discriminadas neste trabalho, que irão surgir com o tempo e deverão ser analisadas. Por isso, a participação efetiva da sociedade no planejamento, a assessoria de técnicos da área e o levantamento de mais casos de sucesso evitam que se deixa passar alguma ação necessária.

Assim, a necessidade de realizar o planejamento estratégico do Turismo em conjunto com os setores públicos, privados e a sociedade civil, para evitar as distorções de um pensamento único e atender a todas as necessidades e exigências para o pleno desenvolvimento sustentável do Turismo no município de Itaí (SP).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O objetivo desse trabalho foi realizar um estudo sobre a Gestão Pública do Turismo no município de Itai (SP). Visou compreender o cenário atual do desenvolvimento do turismo local por parte da gestão pública, conhecer o que foi e está sendo realizado, identificando os problemas existentes e as oportunidades. Por fim, proposto sugestões para a melhoria na gestão.

Análise dos dados sobre a gestão pública do turismo local revelou que poucas ações foram desempenhadas pelo setor público com vistas a desenvolver plenamente a atividade. As que foram realizadas demonstrou serem desarticuladas, sem participação, ao achismo dos dirigentes da pasta, e ainda sem continuidade das ações. Foram encontrados vários problemas fundamentais sobre órgão público responsável pelo Turismo, como a desorganização estrutural e concentração administrativa, falta de pessoal qualificado e principalmente falta de recursos para a área, sendo esse último um dos principais entraves do desenvolvimento dos trabalhos. Esse fato, fez com que fosse levantado se haveriam recursos sobrando para repassar uma parte ao Turismo, o que se observou ser possível, pois a administração pública local obteve sobras no orçamento municipal nos 03 (três) anos anteriores. Logo, ficou evidente que o principal motivo de não haver investimentos em recursos materiais e humanos no órgão oficial de Turismo é a falta de vontade política dos dirigentes. Outro ponto desfavorável é a falta de participação social no planejamento dos rumos da atividade.

Após ter levantado os dados sobre as ações realizadas pela gestão pública local e identificados os problemas existentes, foi surgido diversas ações de melhoria para cada problema identificado.

Há inúmeros assuntos pouco detalhados no levantamento e elaboração do conteúdo desse trabalho, pela complexidade do tema, mas que são importantes e que precisam de um estudo mais aplicado sobre eles, surgindo uma abordagem mais aplicada sobre o processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, que constitui em um estudo complexo que requer mais de um pensamento. Outra sugestão é um estudo mais aprofundado sobre a viabilidade de reestruturação do órgão público oficial do Turismo.

A conclusão obtida com a realização deste estudo atingiu aos objetivos propostos. Foram identificadas a atual estrutura da gestão pública do turismo do município, as ações realizadas, os problemas encontrados e propostas de melhoria. O resultado revela que é preciso mais empenho e aval das lideranças públicas locais para organizar uma administração

mais eficiente e profissional relacionada ao Turismo, para que de fato seja desenvolvida a atividade no município. Além disso, efetivar os canais de participação da sociedade nas definições das estratégias de planejamentos dos rumos da atividade. Também se deve participar de uma rede de cooperação regional com intuito de desenvolver a atividade turística em toda a região, gerando os benefícios que dela surgem para toda a coletividade, visando sempre o interesse público.

O município de Itai (SP) detém potencialidade para o Turismo pelos seus recursos naturais, principalmente as praias da represa de Jurumirim e por isso, recebe turistas de diversas regiões. Além disso, integra uma região que está desenvolvendo a atividade turística em vários municípios. Isso revela a importância do estudo, contribuindo com um documento referencial para os gestores de turismo, objetivando a melhoria da gestão pública do turismo e consequentemente com a atividade turística.

Para contribuir ainda mais com a gestão municipal do Turismo, ficam sugeridos os seguintes estudos que futuramente poder ser feitos, como um trabalho aplicado sobre o processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo para Itai (SP) e um estudo mais aprofundado sobre a viabilidade de reestruturação do órgão público oficial do Turismo.

REFERÊNCIAS

- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis et al. **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: Senac, vol. 2, 3ª edição, 2000, 403 p.

- BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 11ª ed. São Paulo, SP: Editora Senac, 2006.

- BARRETO, Margarida; BURGOS Raúl; FRENKEL, David. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Turismo).

- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas Públicas de Turismo. **Programa de qualificação à distância para desenvolvimento do turismo**: formação de gestores das políticas públicas do turismo / autoria do conteúdo técnico-científico Alexandre Panosso Netto, Francisco José Pereira da Silva, Luiz Gonzaga Godói Trigo. Florianópolis: SEAD/FAPEU/UFSC, 2009. 312 p.

- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas Públicas de Turismo. **Programa de qualificação à distância para desenvolvimento do turismo**: formação de redes e ação municipal para regionalização do turismo. Coordenação Ana Clévia Guerreiro Lima. - 2. Ed. Livro 1. - [Brasília]: o Ministério: Florianópolis: SEAD/UFSC, 2010. 192 p.

- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas Públicas de Turismo. **Programa de qualificação à distância para desenvolvimento do turismo**: sensibilização, mobilização, institucionalização da instância de governança regional. Coordenação Ana Clévia Guerreiro Lima. - 2. Ed. Livro 2. - [Brasília]: o Ministério: Florianópolis: SEAD/UFSC, 2010. 192 p.

- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas Públicas de Turismo. **Programa de qualificação à distância para desenvolvimento do turismo**: elaboração e implementação do plano estratégico de desenvolvimento do turismo regional. Coordenação Ana Clévia Guerreiro Lima. - 2. Ed. Livro 3 - [Brasília]: o Ministério: Florianópolis: SEAD/UFSC, 2010. 136 p.

- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas Públicas de Turismo. **Programa de qualificação à distância para desenvolvimento do turismo**: roteirização turística, promoção e apoio à comercialização. Coordenação Ana Clévia Guerreiro Lima. - 2. Ed. Livro 4 - [Brasília]: o Ministério: Florianópolis: SEAD/UFSC, 2010. 128 p.

- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas Públicas de Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: Turismo e Sustentabilidade. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. - Brasília: DF, 2007.

- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil: diretrizes políticas**. Brasília: MTur, 2004. 32 p.

- BRASIL. Ministério do Turismo. Organograma do Ministério do Turismo. Brasília: DF, 2012. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/organograma/ Acesso em 16 ago. 2012.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria 127, de 28 de Julho de 2011. Dispõe sobre delegação de competência do Ministério do Turismo - MTur a órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, para cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos. **Diário Oficial da União da Republica Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 28 jul. 2011, Seção 1, n. 144, p. 67.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo (PNT):** diretrizes, metas e programas 2007 - 2010. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/index.html Acesso em: 05/08/2012.
- CARVALHO, Alan Francisco. **Políticas públicas em Turismo no Brasil**. Sociedade e Cultura, Universidade Federal de Goiás, vol. 3, n. 1-2, p. 97-109, jan./dez. 2000. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=70312129006>> Acesso em: 09 jun. 2012.
- COELHO, Ricardo Corrêa. Estado, governo e mercado. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 116p.
- CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE BROTAS. **Ações validadas COMTUR**. Brotas: SP, 2011. Disponível em: <http://ggbrotas.wordpress.com/acoes-aprovadas/> Acesso em: 16 out. 2012.
- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO ALTO VALE DO PARANAPANEMA. **Quem somos**. Piraju: SP, 2010. Disponível em: http://www.amvapa.com.br/site.php?site_id=1 acesso em 01 nov. 2012.
- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO ALTO VALE DO PARANAPANEMA. **Municípios Consorciados**. Piraju: SP, 2010. Disponível em: http://www.amvapa.com.br/site.php?site_id=3 Acesso em 01 nov. 2012.
- COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e práticas**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Políticas públicas de turismo do Brasil: Território usado, território negligenciado**. Geo Sul, Florianópolis, v.40, n.20. p 27-43, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13234/> Acesso em: 08 ago. 2012.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Política de turismo e território**. São Paulo, Editora contexto. 2002.

- EPTV NOTÍCIAS. **Estudo aponta que Brotas poderia aproveitar mais o potencial turístico.**

Campinas: SP, 27 jan. 2011. Disponível em:

http://www.viaeptv.com/epnoticia/noticias/NOT_3,33,333280,Estudo+aponta+que+Brotas+po+deria+aproveitar+mais+o+potencial+turistico.aspx Acesso em: 15 out. 2012.

- FERRAZ, Joandre Antonio. Regime jurídico do turismo. Campinas, SP: Papirus, 1992.

- GARCIA, Roslaine K.O; ASHTON, Mary S. G. **Gestão Pública em Turismo:** a necessidade de uma visão estratégica para o planejamento e a conclusão da atividade turística de forma sustentável. Caxias do Sul, RS, IV SemiTUR - Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, UFRS, 2006.

- GOOGLE EARTH - MAPAS. **[Toda a extensão da Represa de Jurumirim]**. 2012. Imagem disponível no *software Goolgle Earth*.

- GOOGLE EARTH - MAPAS. **[Imagem aérea da localização do Parque Ecológico Municipal de Itaí]**. 2012. Imagem disponível no *software Goolgle Earth*.

- IBGE Cidades. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 15 set. 2012.

- IBGE, **Produção Agrícola Municipal 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 25 out. 2012.

- IBGE, **Produção da Pecuária Municipal 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 25 out. 2012.

- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2ª ed, 2003.

- INSTITUTO MARCA BRASIL. **Gestão & Planejamento de Destinos Turísticos**. Porto Alegre:

RS, 2010. Disponível em: <http://www.marcabrasil.org.br/site-novo/Projetos/gestao-planejamento-de-destinos-turisticos> Acesso em: 15 out. 2012.

- ITAÍ (Município). **Lei Complementar n. 091, de 08 de novembro de 2006**. Plano Diretor do Município de Itaí. Câmara Municipal de Itaí (SP).

- ITAÍ (Município). **Lei n. 1.028, de 01 de julho de 1997**. Reorganiza a estrutura administrativa da prefeitura do município de Itaí, e dá outras providências. Câmara Municipal de Itaí (SP).

- ITAÍ (Município). **Lei n. 1.146, de 08 de março de 2000**. Dispõe sobre a criação do Parque Ecológico Municipal de Itaí. Câmara Municipal de Itaí (SP).

- ITAÍ (Município). **Lei n. 1.365, de 14 de março de 2005**. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR. Câmara Municipal de Itai (SP).

- ITAÍ (Município). **Lei n. 1.370, de 25 de abril de 2005**. Autoriza a Prefeitura Municipal a participar do Consórcio Intermunicipal Circuito dos Tropeiros. Câmara Municipal de Itai (SP).

- FONSECA, José Reynaldo. **[Fotografias da Represa Jurumirim em Itai (SP)]**. 2008. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=578044> Acesso em: 25 out. 2012.

- MACEDO, Raquel Fernandes. **Fatores de Sucesso ou Insucesso do turismo ambientalmente sustentável**: percepção das autoridades públicas no polo costa das dunas do Rio Grande do Norte. Natal - RN, Dissertação apresentada à UFRN, 2011. 164 f.

- MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo, Atlas, 2008.

- MERCADO E EVENTOS. Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC). WTTC: Brasil vai liderar turismo na América Latina em 2012. Florianópolis, 08 mar. 2012. Disponível em <http://www.abeoc.org.br/2012/03/wttc-brasil-vai-liderar-turismo-na-america-latina-em-2012/> Acesso em: 13 set. 2012.

- PORTAL BRASIL. EMBRATUR. Turismo deve representar 3,3% do PIB do País e gerar 2,8 milhões de empregos em 2011. Brasília, 15 mar. 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/03/15/turismo-deve-representar-3-3-do-pib-do-pais-e-gerar-2-8-milhoes-de-empregos-em-2011> Acesso em: 13 set. 2012.

- PORTAL BRASIL. Ministério do Turismo. Empregos no turismo cresceram 34% entre 2003 e 2009. Brasília, 14 jul. 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/07/14/empregos-no-turismo-cresceram-34-entre-2003-e-2009> Acesso em: 13 set. 2012.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÍ. Balanços de Exercícios. Itai: SP, 2012. Disponível em: <http://www.itai.sp.gov.br/2012/prefeitura/balanco-de-exercicios> Acesso em 30 out. 2012.

- RABAHY, Wilson Abrahão. **Turismo e desenvolvimento**: estudos econômicos e estatísticos no planejamento. Barueri-SP: Manole, 2003. 13p.

- SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Informações dos Municípios Paulistas – IMP. São Paulo: SP. 2010. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/imp/> Acesso em 20 out. 2012.

- SEBRAE. Estudo de competitividade de produtos turísticos. Organizador Luiz Gustavo Medeiros Barbosa. Brasília, DF: SEBRAE, 2011.

- SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Transferências Constitucionais a Municípios**. São Paulo: SP, 212. Disponível em: <https://www.fazenda.sp.gov.br/RepasseConsulta/Consulta/repasse.aspx> Acesso em 25 out. 2012.

- SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E DESPORTOS. **Gestão turística de Triunfo: Consolidação de Triunfo como principal destino indutor do sertão do nordeste**. (Elab. Evanildo Fonseca) – São Paulo, SP: Salão do Turismo, 2011. 39 p.

- SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. Ministério da Fazenda. **Transferências Constitucionais**. Brasília: DF, 2012. Disponível em: http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/municipios.asp Acesso em 25 out. 2012.

- SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE BROTAS. **Grupo Gestor do COMTUR de Brotas, apresenta o Índice de Competitividade Turística à Câmara Legislativa**. Brotas: SP, 25 mai. 2011. Disponível em: <http://secturbrotas.blogspot.com.br/2011/05/grupo-gestor-do-comtur-de-brotas.html> Acesso em: 16 out. 2012.

- SOUZA, Luziana da Silva, **Turismo e desenvolvimento local sustentável na Paraíba**. Campina Grande, PB, 2006.

- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Sistema de Informações da Administração Pública – SIAPNet. **Aspectos Econômicos e Financeiros de Itaipava (SP)**. São Paulo: SP, 2012. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br/> Acesso em 20 out. 2012.

- TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo Básico**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 8ª ed., 2009.

- TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi et al. **Aprendiz de lazer e turismo** – Caminhos do Turismo. Coord. Regina Araújo de Almeida. Ed. rev. e ampl. São Paulo: IPSIS, 2007.

- TRIUNFO (Município). **Lei nº 1.168 de 29 de junho de 2010**. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria de Turismo, Cultura e Desportos de Triunfo - SETUR e dá outras providências. Câmara Municipal de Triunfo – PE, 2010.

- TRIUNFO (Município). **Lei nº 1.169 de 29 de junho de 2010**. Da nova redação a Lei Nº 834/93, que trata sobre a participação nas ações de desenvolvimento do Turismo, através do Conselho Municipal de Turismo de Triunfo – COMTUR e dá outras providências. Câmara Municipal de Triunfo – PE, 2010.

- VERDE SUDOESTE PAULISTA. Verde Sudoeste Paulista, venha descobrir este tesouro. Itapeva: SP, 2012. Disponível em: <http://culturitapeva.com.br/verdesudoestepaulista/> Acesso em: 20 out. 2012.

- ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e pesquisa em administração**. Departamento de Ciência da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 164p. : il.

- TRIUNFO (Pernambuco). In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Triunfo_\(Pernambuco\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Triunfo_(Pernambuco)) Acesso em: 14 set. 2012.

- LOCALIZAÇÃO DE TRIUNFO EM PERNAMBUCO. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Triunfo.png> Acesso em: 14 set. 2012.

- MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BROTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ficheiro:SaoPaulo_Municip_Brotas.svg&page=1 Acesso em: 15 out. 2012.

- LIMITES DO MUNICÍPIO DE ITAÍ (SP). In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Limitesitaienses.png> Acesso em: 01 out. 2012.

- WWF Brasil. **Turismo Responsável** – Manual de Políticas Públicas [Org. Sergio Salazar Salvati] - Brasília, DF, WWF Brasil, 2004, 220 p.

APÊNDICE (S).

APÊNDICE A. Roteiro de Entrevista Semiestruturada Realizada com o Assessor de Departamento da Coordenadoria de Esporte, Lazer Cultura e Turismo de Itaipava (SP).



Curso de Pós Graduação em Especialização em Gestão Pública Municipal, ministrado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Orientador: Prof. Jorge Carlos C. Guerra, LD.
Entrevista semiestruturada – Monografia
Aluno: Dominique Corrêa Michelin

QUESTIONÁRIO / ENTREVISTA

Destinado a Coordenadoria de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo do município de Itaipava (SP).

Nome: _____
Cargo: _____ Data ____ / ____ / ____

- 1) Como é a composição atual da estrutura organizacional e administrativa da Coordenadoria de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo?

- 2) A Coordenadoria conta nos seus quadros de funcionários, com algum cargo efetivo de carreira, em funções e atribuições destinadas diretamente com o Turismo?

- 3) Levantamentos dos dados oficiais da Prefeitura revelaram que a área de Turismo não recebeu nenhum recurso para investimentos nos anos de 2009, 2010 e 2011. Essa informação procede? Se sim, da onde que vem os recursos para o andamento dos trabalhos destinados ao Turismo?

- 4) Quais as ações destinadas ao desenvolvimento do Turismo que a coordenadoria realizou nos últimos anos?

- 5) Quais as ações destinadas ao Marketing e Promoção do Turismo no município?

-
- 6) A Coordenadoria realiza ações de promoção institucional do município, participando em eventos (feiras, congressos, salões, etc.) pela região e capital, com a disponibilização de um estande do município, para divulgar o turismo Itaiense?
-
- 7) O município de Itai é integrante do Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema – AMVAPA, segundo informações da página online do consórcio. Uma das áreas de atuação do consórcio trata-se do Turismo. A coordenadoria tem o conhecimento da existência desse consórcio? Se afirmativo, participou alguma vez de reuniões com outros integrantes para tratar de iniciativas de desenvolvimento do turismo na região?
-
- 8) A Coordenadoria tem o conhecimento da necessidade de elaborar um Programa de Desenvolvimento de Turismo Receptivo, conforme exige o Plano Diretor de Itai (SP)? Se sim, foram iniciados os estudos para elaboração do programa?
-
- 9) Está previsto a participação da sociedade mediante o Conselho Municipal de Turismo, porém, conforme pesquisas nas legislações do município, foi constatado que o conselho ainda não está efetivado. Como é realizada essa participação?
-
- 10) A Coordenadoria pleiteou algum recurso de instâncias governamentais superiores para investimentos na área do Turismo? (Descriminar quais e valores)
-
- 11) O responsável pelo turismo na Coordenadoria tem conhecimento das atuais diretrizes políticas que o Ministério do Turismo disponibiliza para o desenvolvimento do Turismo em nível municipal, por exemplo, o Programa de Regionalização do Turismo? Se sim, houve algum contato com os representantes desse programa nessa região, para auxílio e assessoria no desenvolvimento da atividade?
-
- 12) Há alguma outra ação desempenhada para o desenvolvimento atividade turística?
-
- 13) Quais as expectativas de trabalho para os próximos anos?
-